



13 - Benefícios dos empregados

13.1. Número de empregados e gastos de pessoal

13.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

A 31 de dezembro de 2020 o número médio de colaboradores ao serviço da empresa foi de 283.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Descrição	Valor Período
Gastos com o pessoal	2.140.105,23
Remunerações do pessoal	1.569.503,35
Encargos sobre as remunerações	352.956,79
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	110.277,16
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	107.367,93





14 - Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE †	Total
Vendas	1.376.626,43	1.376.626,43
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	1.376.626,43	1.376.626,43
Prestações de serviços	3.478.019,76	3.478.019,76
Compras	30.657,32	30.657,32
Fornecimentos e serviços externos	1.804.344,46	1.804.344,46
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	30.657,32	30.657,32
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	30.657,32	30.657,32
Variação nos inventários de produção	7.954,90	7.954,90
Gastos com o pessoal	2.140.105,23	2.140.105,23
Remunerações	1.569.503,35	1.569.503,35
Outros gastos	570.601,88	570.601,88
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	7.936.875,51	7.936.875,51
Total das aquisições	512.169,35	512.169,35
Adições no período de ativos em curso	156.532,35	156.532,35
Propriedades de investimento		

14.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	1.376.626,43			1.376.626,43
Prestações de serviços	3.478.019,76			3.478.019,76
Compras	30.657,32			30.657,32
Fornecimentos e serviços externos	1.804.344,46			1.804.344,46
Aquisições de ativos fixos tangíveis	8.542.386,48			8.542.386,48
Aquisições de ativos intangíveis	86.518,20			86.518,20
Rendimentos suplementares:	38.294,69			38.294,69
Aluguer de equipamento	3.000,00			3.000,00
Outros rendimentos suplementares	35.294,69			35.294,69





15.3. **Outros Gastos**

RUBRICAS	PERÍODOS
	2020
Outros gastos	339.933,83
Impostos	298.999,27
Donativos	2.230,00
Quotizações	250,00
Outros	28.097,97
Outros Gastos de Financiamentos	10.356,59

15.4. **Procedimentos e práticas contabilísticas de registo dos subsídios ao investimento – Projetos Resitejo**

Na determinação do justo valor dos ativos fixos tangíveis, não foram considerados os subsídios ao investimento, dado que na avaliação patrimonial realizada, os avaliadores independentes, na determinação do valor do uso dos bens móveis tomaram em consideração o seguinte: (i) valor indicativo dos capitais próprios da Resitejo; e (ii) avaliação efetuada por perito independente relativamente ao justo valor dos bens imóveis. Ou seja, não existe sustentação metodológica para a inclusão dos subsídios ao investimento na avaliação pelo valor de uso do ativo fixo tangível, para efeito de dar cumprimento ao regime dos preços de transferência, nomeadamente, ao disposto na alínea b), do nº 3, do artigo 63º do Código de IRC, no âmbito da transferência da atividade.

O procedimento descrito vai de encontro ao estabelecido na International Accounting Standard (IAS) 20 - Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance, a qual prevê a possibilidade dos subsídios ao investimento, serem contabilizados como dedução ao valor do ativo que se destinam a subsidiar ou como rendimento diferido.

Enquanto na Resitejo, conforme divulgação no anexo às demonstrações financeiras, os procedimentos e práticas de reconhecimento dos subsídios e da respetiva contabilização eram os seguintes: “Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Associação cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos. Em termos de contabilização, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer. Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados no Capital Próprio e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciables ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses ativos não sejam depreciables ou não amortizáveis.”

Esses procedimentos decorrem da aplicação da NCRF 22 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, nomeadamente o disposto nos parágrafos 22 a 24.

Assim, entendemos divulgar, no quadro seguinte, a informação financeira dos subsídios ao investimento por reconhecer, desde a data de transferência dos ativos pela Resitejo, como se tal operação não tivesse ocorrido.





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 12.390.609 euros e um total de capital próprio de 71.532 euros, incluindo um resultado líquido de 24.059 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Entidade não constituiu provisões ambientais, relacionadas com a monitorização ambiental e encerramento das células de deposição de resíduos, pelo facto não existirem elementos que possibilitem a sua mensuração.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

1/3



(Handwritten initials)

(Handwritten signature)

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

(Handwritten mark)



TEJO AMBIENTE EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A.,

**Deliberação do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
da Tejo Ambiente, E.I.M., S.A.**

Ponto 1: Apreciação e aprovação da Prestação de Contas do Exercício de 2020 e da realização de transferências financeiras a cargo dos sócios, nos termos e para efeitos do disposto no nº 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto; assim como do Parecer do Fiscal Único e aplicação dos resultados do exercício.

Presentes as Contas do Exercício e a proposta de aplicação de resultados bem como o parecer do Fiscal Único referentes ao ano de 2020.

O Conselho de Administração apreciou favoravelmente os referidos documentos do exercício de 2020.

Nos termos das alíneas j) e k) do nº 6 do artigo 25º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, compete ao Fiscal Único emitir parecer sobre as contas do exercício e a certificação legal das contas.

Apreciado o Relatório e Contas do Exercício de 2020, assim como o Parecer favorável do Fiscal Único da Tejo Ambiente, o Conselho de Administração aprovou:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, os quais exprimem a real situação financeira e patrimonial da empresa TEJO AMBIENTE – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A., no termo do exercício de 2020;
2. O reporte de imposto decorrente do prejuízo fiscal (nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 25 do SNC), reconhecendo-o como um ativo do período em que ocorre ao ser “provável que o benefício fluirá para a entidade” nos períodos seguintes; face às perspetivas futuras de revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira de Constituição, com base no tarifário, receita ordinária da Tejo Ambiente. Assim, com base na revisão do EVEF, perspetivar-se-á a sustentabilidade da operação e a realização de lucro tributável nos 12 períodos seguintes (anos). Lucro esse que será integralmente aplicado na renovação e substituição das infraestruturas do Sistema de Abas-



ey
rel
[Handwritten signatures]

TEJO AMBIENTE EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A.,

Anabela Gaspar de Freitas

A Secretária

Mafalda Sofia Fernandes



Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Russell Bedford
taking you further

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da
RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.
Chamusca

Em cumprimento do disposto no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No desempenho das funções de Fiscal Único acompanhámos a atividade da vossa Empresa através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Administração quer pelos Serviços. Por outro lado, vigiámos a observância das disposições legais, efetuámos as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e analisámos a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, procedemos à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Administração, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Sociedade.

Elaborámos o Relatório de auditoria e a Certificação Legal das Contas decorrente do exame efetuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pela Administração deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Administração devem ser aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração deve ser aprovada.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2021

FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top right and two smaller ones below it.

Relatório e Contas de 2020



INFORMAÇÃO 24_2021



ASSUNTO: relatório e contas de 2020

Em anexo remetemos com proposta de aprovação o relatório e contas referente ao ano de 2021.

Eco Parque do Relvão, 15 de março de 2021.

O Assessor da Administração

Joel Marques

aprovado por unanimidade em reunião do C.A.
realizada a 19/03/21, remeter p/ deliberações
da A.6
19/03/21

aprovado por unanimidade
em reunião da A.6 realizada
a 29/03/21, remeter p/ publicações
30/03/21



Relatório de Gestão

1



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature with a '2' above it, and several smaller initials or signatures.

Relatório de Gestão

Balço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

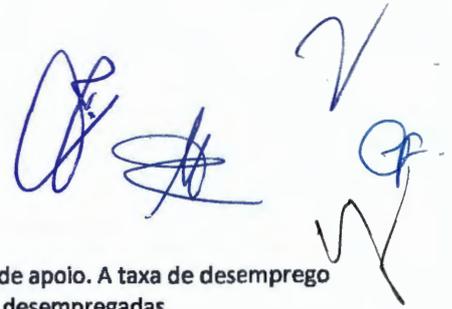
Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Anexo

Certificação Legal das Contas

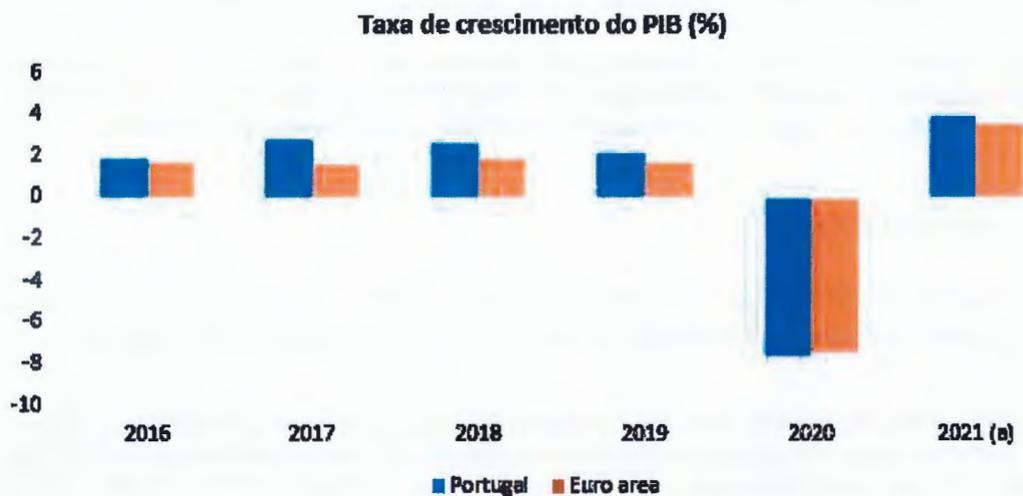
Relatório e Parecer do Fiscal Único



Apesar desta crise, o impacto no emprego será mais moderado devido às medidas de apoio. A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 7,2%, o que se traduz em cerca de 450 mil pessoas desempregadas.

Entre os estados-membros, no decorrer do ano 2020, Portugal situou-se ligeiramente acima da taxa de desemprego na zona euro, sendo que as mais altas continuam a ser a de Espanha (15,7%) e da Grécia (16,8%), enquanto a República Checa (2,68%) apresenta a taxa mais baixa. Na zona Euro, a taxa de desemprego subiu para 8,1% enquanto na União Europeia subiu para 7,2%.

Neste enquadramento, projeta-se uma queda do PIB de 7,6% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):



Comparando com os países da UE, Portugal regista a 5ª maior contração do PIB. Em Espanha, de acordo com as previsões da OCDE, o PIB registou uma taxa de 11,6% negativos no ano de 2020, tendo previsto uma taxa de 5% positivos para 2021.

Sallente-se que Portugal terá de enfrentar a saída, consumada no final de 2020, do Reino Unido, via “Brexit”, que também terá um impacto profundo na União Europeia, principalmente em 2021. A economia portuguesa poderá sofrer impactos negativos no crescimento, nas exportações e mesmo nos custos de financiamento. O Reino Unido é o quarto maior mercado das exportações portuguesas, pelo que as exportações para o Reino Unido poderão descer 15%, no cenário mais otimista.

Contudo, com o “Brexit” o Reino Unido terá mais dificuldades em importar e exportar de e para outros países da União Europeia e, neste cenário, Portugal pode substituir outros países no relacionamento com o mercado Reino Unido no “pós-Brexit”.

O BCE decidiu manter as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento manteve-se em 0,0%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.



1 - Introdução

Exmos. Acionistas,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a administração da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A, com sede social em Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2020.

O referido documento contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado a 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º158/2009 e conforme os modelos de demonstrações financeiras constantes na Portaria nº220/2015, de 24 de julho.

2 - Enquadramento Económico

A atividade económica em 2020 foi profundamente afetada pela pandemia Covid-19, em que as medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB.

As perdas económicas foram diferenciadas entre países e setores de atividade, nos quais a resposta de política – monetária, orçamental e prudencial – não tem precedente em magnitude, celeridade e coordenação e foi decisiva na mitigação dos danos da crise. Sendo de destacar, como setores mais afetados o alojamento e restauração, transporte de passageiros e todas as diferentes atividades ligadas ao turismo.

Uma nota para a dívida pública, a qual atingiu em dezembro de 2020 a quantia da 270.408 milhões euros, correspondendo, de acordo com o Banco de Portugal, a um máximo histórico, decorrente aumento dos títulos de dívida, dos empréstimos e das responsabilidades em depósitos.

A retoma para o nível pré-pandemia deverá ser atingida no final de 2022. A recuperação da atividade traduz-se numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano.

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

Principais indicadores económicos (%)

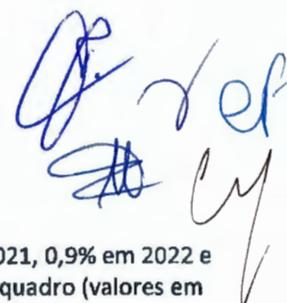
	2016	2017	2018	2019	2020	2021 ^(a)
Produto interno bruto (PIB)	1,9	2,8	2,6	2,2	-7,6	3,9
Consumo privado	2,4	2,3	2,9	2,4	-6,8	3,9
Consumo público	0,8	0,2	0,7	0,7	0,4	4,9
Défice (% do PIB)	-2,1	-2,9	-0,5	-0,1	-7,3	-4,3
Taxa de desemprego	11,1	8,9	7,0	6,5	7,2	8,8
Taxa de inflação (IHPC)	0,6	1,6	1,4	0,3	0,0	0,3

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat
Notas: (a) Previsões OCDE e Banco de Portugal (dez/2020)

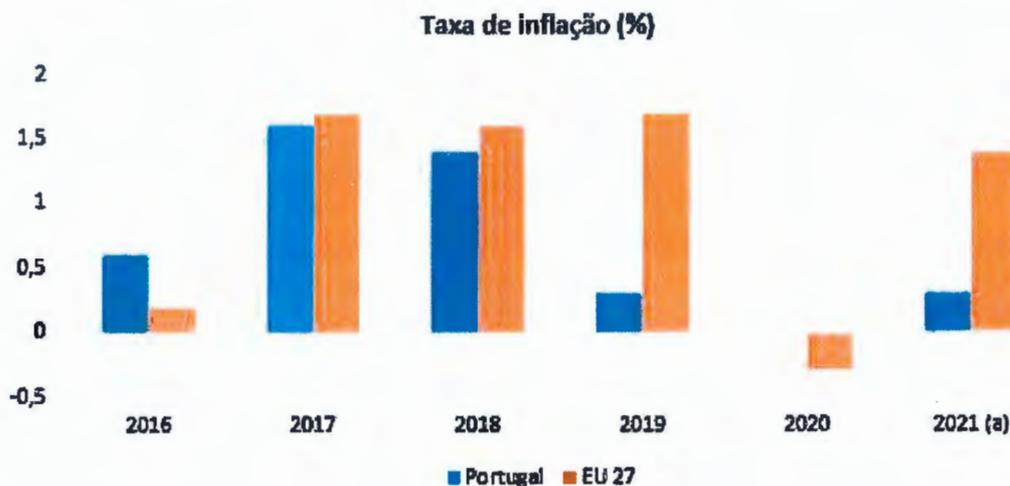


3 – Estrutura Acionista

Acionistas	Total de ações nominativas subscritas	Valor nominal unitário das ações (euros)	Valor da participação (euros)	% de participação
Município da Chamusca	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município da Golegã	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município de Alcanena	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município de Constância	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município de Ferrelra do Zêzere	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município de Santarém	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município de Tomar	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município de Torres Novas	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município de Vila Nova da Barquinha	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Município do Entroncamento	1.000	5,00	5.000,00	10,00%
Totais	10.000	5,00	50.000,00	100,00%



A inflação, segundo o INE, apresenta uma variação nula em 2020, com previsões de 0,3% em 2021, 0,9% em 2022 e 1,1% em 2023. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



Fontes: Banco de Portugal e Comissão Europeia
Notas: (a) Previsões

As perspetivas económicas permanecem rodeadas de elevada incerteza, estando muito dependentes da evolução da doença e da rapidez da vacinação em larga escala. Embora se projete uma retoma da atividade económica em 2021, o seu ritmo será condicionado pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafetação de recursos entre empresas e entre setores.

O aumento do endividamento dos setores público e privado e do risco de crédito coloca desafios importantes à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação e resiliência da economia portuguesa, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

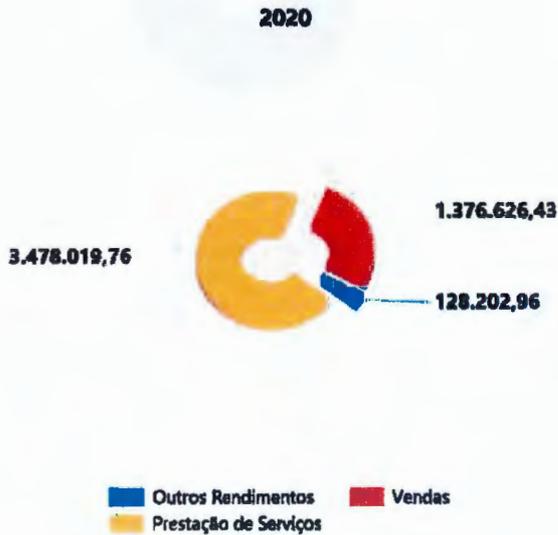
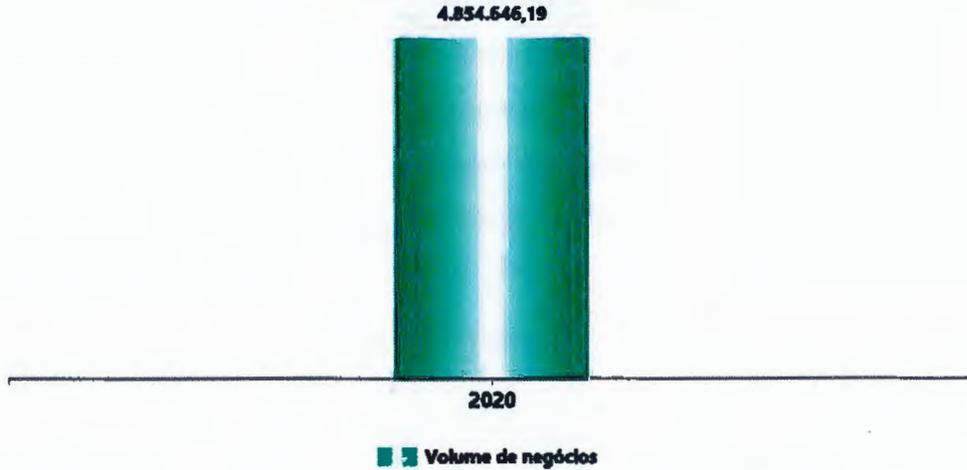
[Handwritten signatures and initials]

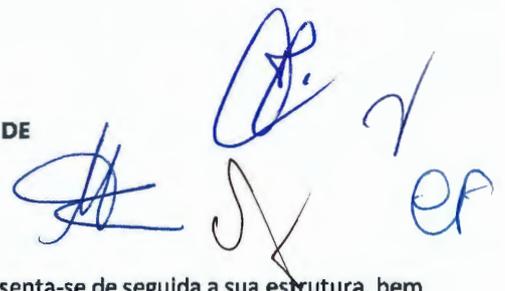
4 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2020 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela empresa.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:

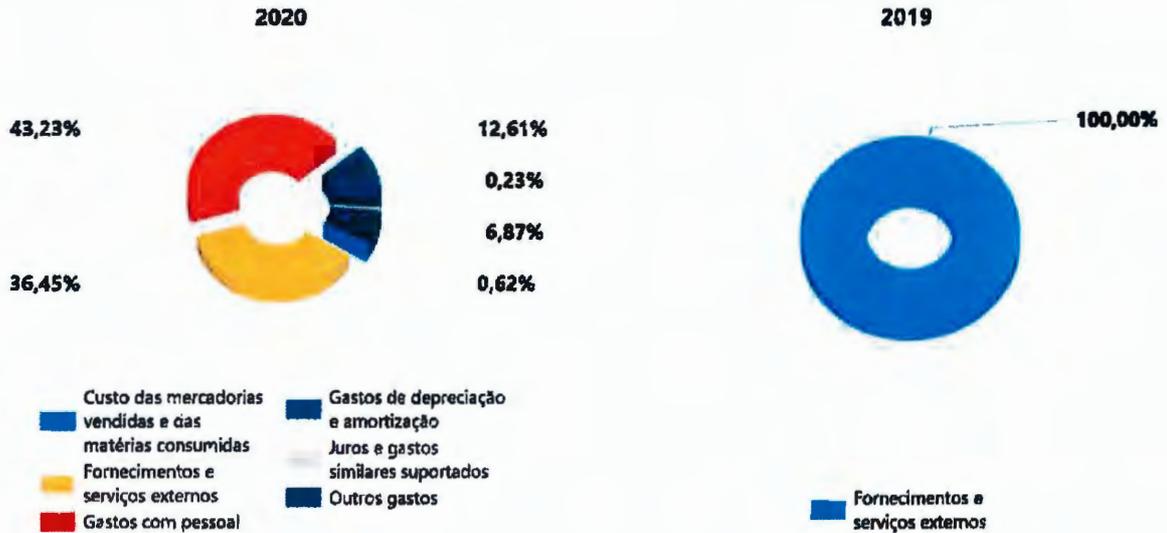
Evolução Vendas e Prestações Serviços





Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da sociedade:

Estrutura de Gastos





RUBRICAS	PERIODOS	
	2020	2019
Autonomia	0,58%	94,05%
Solvabilidade	0,58%	1579,99%
Liquidez Geral	45,33%	1679,99%

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da sociedade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2020		2019	
Ativo não corrente	8.056.514,05	65 %	0,00	0 %
Ativo corrente	4.334.095,09	35 %	50.477,52	100 %
Total ativo	12.390.609,14		50.477,52	

RUBRICAS	2020		2019	
Capital Próprio	71.531,76	1 %	47.472,89	94 %
Passivo não corrente	5.342.419,17	22 %	0,00	0 %
Passivo corrente	6.976.658,21	77 %	3.004,63	6 %
Total Capital Próprio e Passivo	12.390.609,14		50.477,52	

4.1 - Questões relativas aos trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

O número médio, refere-se aos trabalhadores a partir de dia 1 de agosto de 2020, sendo que até essa data, a empresa não tinha qualquer colaborador.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

RUBRICAS	PERIODOS
	2020
Gastos com Pessoal	2.140.105,23
Nº Médio de Pessoas	283
Gasto Médio por Pessoa	7.562,21

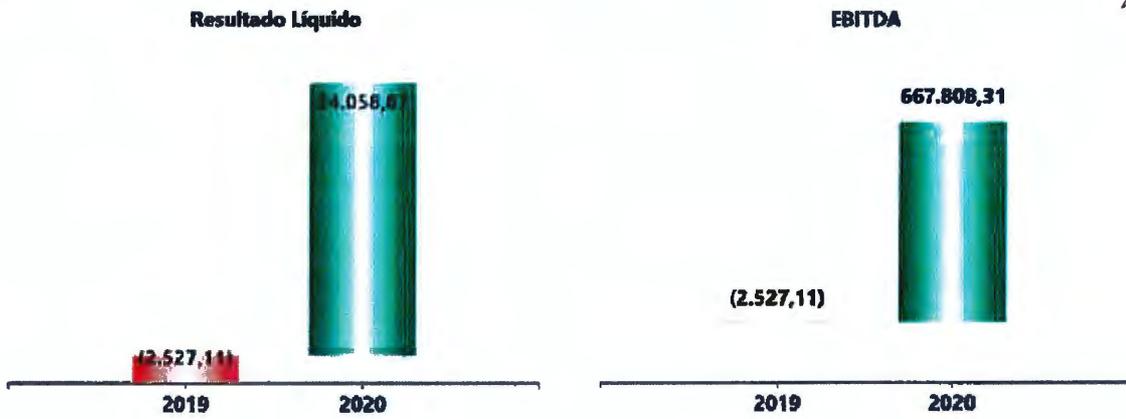
4.2 - Investimentos

No exercício foram concretizados investimentos em ativos fixos tangíveis no montante de 8.542.386 euros, referentes a ativos adquiridos à Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo (8.030.217 euros), e aquisições em primeira mão (512.169 euros).

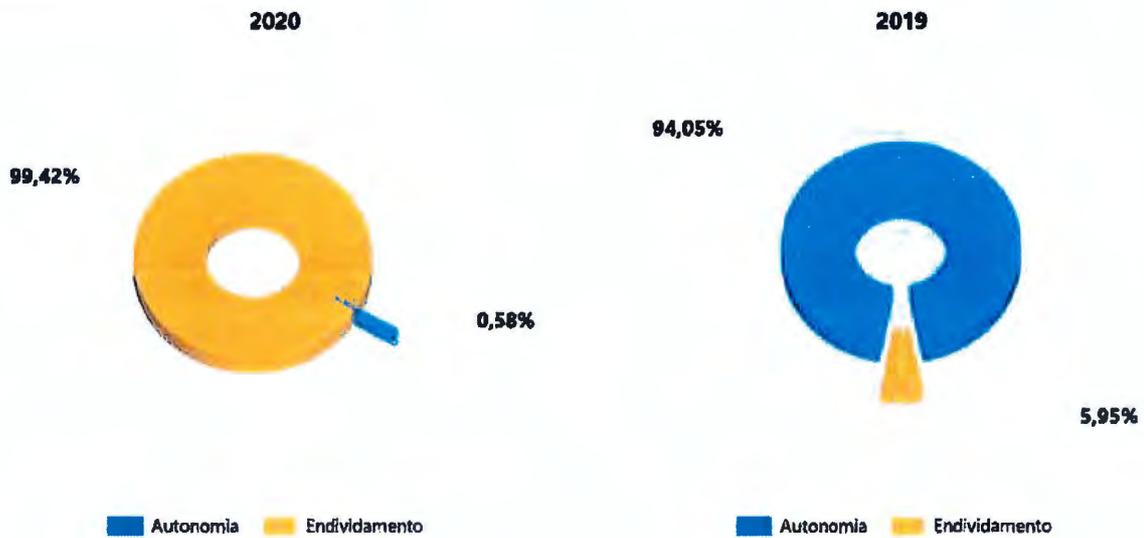
Foram adquiridos também ativos intangíveis no montante de 89.353 euros, referentes a projetos de desenvolvimento (19.934 euros), programas de computador (53.930 euros) e outros ativos intangíveis (21.489 euros).



Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a sociedade apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da sociedade apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:





9 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 realizou um resultado líquido de 24.058,87 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2020
Reservas Legais	2.153,18
Resultados Transitados	21.905,69

10 - Agradecimentos

A Administração não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus trabalhadores, fornecedores, clientes e instituições financeiras.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.



4.3 - Investigação & Desenvolvimento

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A não despendeu qualquer gasto neste tipo de rubricas.

5 - Principais Riscos e Incertezas

A sociedade apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

A sociedade gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a sociedade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

6 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

7 - Perspetivas para o Próximo Exercício

O surto pandémico provocado pela Covid-19, veio acrescentar dificuldades em perspetivar a evolução futura de curto prazo da economia. O primeiro trimestre continua marcado pelas restrições impostas, com a aplicação de medidas extraordinárias e de carácter urgente de restrição de direitos e liberdades, em especial no que respeita aos direitos de circulação e a restrições da atividade económicas, não sendo possível neste momento quantificar o impacto desta situação no desenrolar da atividade da Entidade.

Contudo, a Entidade tem como perspetivas futuras a manutenção dos postos de trabalho, bem como os seus clientes, estando orçamentado um volume de negócios 12.575 mil euros e um EBITDA de 4.073 mil euros.

8 - Considerações Finais

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

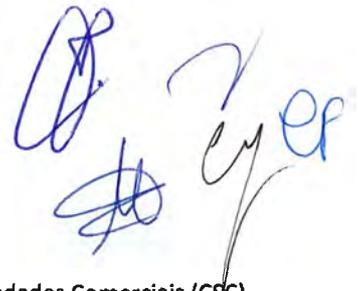
Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a sociedade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Não foram realizados negócios entre a administração e os sócios, nos termos do artº 397º do Código das Sociedades Comerciais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A sociedade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela sociedade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Na presente data, não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.



11 - Anexo ao Relatório de Gestão

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Conselho de Administração

Entidade: Município da Chamusca
Representante: Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado
Cargo: Presidente

Entidade: Município de Torres Novas
Representante: Elvira Maria Machado Cruz Sequeira
Cargo: Vogal

Entidade: Município de Ferreira do Zêzere
Representante: Paulo Jorge Alcobia das Neves
Cargo: Vogal

Fiscal Único:

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Representada por Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC nº 1085

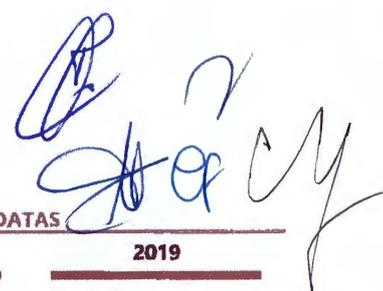
Carregueira, 25 de fevereiro de 2021



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top left and several smaller initials or signatures below it.

Balanço

2



RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	7.936.875,51	
Ativos intangíveis	6	67.756,30	
Outros investimentos financeiros		51.882,24	
		8.056.514,05	
Ativo corrente			
Inventários	9	15.377,50	
Clientes	12	3.392.822,18	
Estado e outros entes públicos	11	143.675,05	477,52
Outros créditos a receber		443.071,10	
Diferimentos	12	94.203,67	
Ativos financeiros detidos para negociação		24.000,00	
Caixa e depósitos bancários	4	220.945,59	50.000,00
		4.334.095,09	50.477,52
Total do ativo		12.390.609,14	50.477,52
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		50.000,00	50.000,00
Resultados transitados	12	(2.527,11)	
Resultado líquido do período		24.058,87	(2.527,11)
Total do capital próprio		71.531,76	47.472,89
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	2.757.419,17	
Outras dívidas a pagar		2.585.000,00	
		5.342.419,17	
Passivo corrente			
Fornecedores		2.730.646,54	
Estado e outros entes públicos	11	537.727,99	
Financiamentos obtidos	8	1.985.386,96	
Outras dívidas a pagar		1.722.896,72	3.004,63
		6.976.658,21	3.004,63
Total do passivo		12.319.077,38	3.004,63
Total do capital próprio e do passivo		12.390.609,14	50.477,52





Demonstração de Resultados por Naturezas

3



RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	10	4.854.646,19	
Subsídios à exploração		35.000,00	
Variação nos inventários da produção	9	7.954,90	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(30.657,32)	
Fornecimentos e serviços externos	15	(1.804.344,46)	(2.527,11)
Gastos com o pessoal	5;13	(2.140.105,23)	
Aumentos/reduções de justo valor		911,29	
Outros rendimentos	10	84.336,77	
Outros gastos	15	(339.933,83)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		667.808,31	(2.527,11)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(624.272,87)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		43.535,44	(2.527,11)
Juros e gastos similares suportados	8	(11.523,90)	
Resultado antes de impostos		32.011,54	(2.527,11)
Imposto sobre o rendimento do período	11	(7.952,67)	
Resultado líquido do período		24.058,87	(2.527,11)





A collection of handwritten signatures in blue ink, appearing to be official or personal marks.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

4



RUBRICAS	PERÍODO	
	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	5.517.897,91	
Pagamentos a fornecedores	2.617.696,84	
Pagamentos ao pessoal	1.834.338,44	
Caixa gerada pelas operações	1.065.862,63	
Outros recebimentos/pagamentos	(452.764,22)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	613.098,41	
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	355.637,00	
<i>Ativos intangíveis</i>	3.757,47	
Recebimentos provenientes de:		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(359.394,47)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		50.000,00
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	47.234,45	
<i>Juros e gastos similares</i>	11.523,90	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(58.758,35)	50.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	194.945,59	50.000,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	50.000,00	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	244.945,59	50.000,00





Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

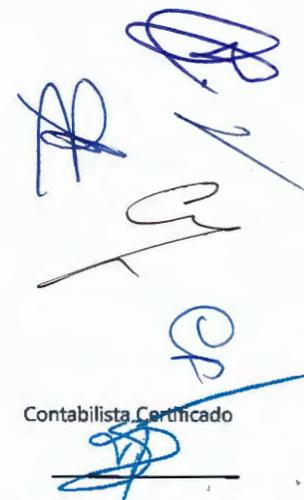
5

Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31-12-2020
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1													
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								2.527,11				2.527,11		2.527,11
2								2.527,11				2.527,11		2.527,11
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										(2.527,11)	(2.527,11)		(2.527,11)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital		50.000,00										50.000,00		50.000,00
Distribuições								(2.527,11)				(2.527,11)		(2.527,11)
5		50.000,00						(2.527,11)				47.472,89		47.472,89
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6=1+2+3+5	50.000,00									(2.527,11)	47.472,89		47.472,89

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

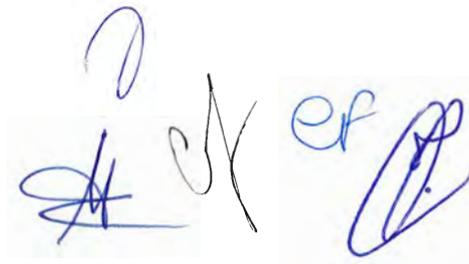


Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo em 31-12-2020
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações(quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	50.000,00									(2.527,11)	47.472,89		47.472,89
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								(2.527,11)			2.527,11			
7								(2.527,11)			2.527,11			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8 11										24.058,87	24.058,87		24.058,87
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										24.058,87	24.058,87		24.058,87
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
10														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6+7+8+10	50.000,00						(2.527,11)			24.058,87	71.531,76		71.531,76

Conselho de Administração

Contabilista Certificado



1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A

Sede social: Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão

Natureza da atividade: Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos.

O capital atual da sociedade ascende a 50.000,00 euros.

A empresa encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Chamusca sob o número 515332607.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Empresa ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2020.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2020 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.





[Handwritten signatures in blue ink]

Anexo

6



Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê que venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

Os ativos por impostos diferidos são unicamente registados quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir os montantes dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

A empresa encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro.

A empresa apresenta um nível material de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

O risco de crédito na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional e do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua atividade, sendo que a empresa tem adotado a determinação criteriosa de limites de crédito adequados ao perfil do cliente e da própria natureza da atividade, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco. Outra das atitudes tomadas prende-se com uma regular monitorização das contas de clientes, bem como o recurso atempado às vias legalmente necessárias para recuperação de créditos.

A empresa gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

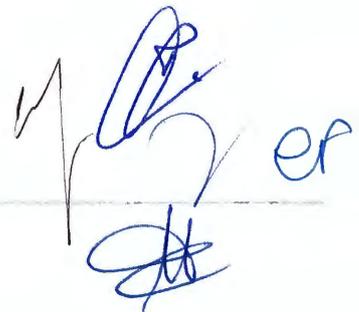
3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.





2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

A RSTJ embora constituída em 27 de março de 2019, as demonstrações financeiras não são comparáveis, pelo facto da atividade respeitar ao período de agosto a dezembro de 2020, por força da cessão do estabelecimento e património da Resitejo, datada de 31 de julho de 2020.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da empresa, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A empresa optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.





4 - Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa		420.579,31	420.579,31	
Depósitos à ordem	50.000,00	8.182.795,52	8.011.849,93	220.945,59
Outros depósitos bancários				
Total	50.000,00	8.603.374,83	8.432.429,24	220.945,59

4.2. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

5 - Partes relacionadas

5.1. Identificação das partes relacionadas

5.1.1. Identificar se existem participações entre entidades

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., é uma entidade constituída por 10 municípios (Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha).

5.1.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

No decorrer do exercício não foram atribuídas remunerações aos órgãos sociais.





Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela sociedade o resultado, reportado pela sociedade, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de Imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

A sociedade encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.





7 - Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na nota 3.2.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Saldo no início do período										
Variações do período	375.090,31	5.205.218,97	1.231.396,55	653.086,02	29.167,12		147.080,66	295.840,88		7.936.875,51
Total de aumentos	375.090,31	5.428.990,33	1.400.259,22	779.600,33	35.994,48		226.670,93	295.840,88		8.542.386,48
Aquisições em primeira mão			88.252,00	185.300,00	2.070,00		80.015,00	156.532,35		512.169,35
Outros aumentos	375.090,31	5.428.990,33	1.312.007,22	594.300,33	33.864,48		146.655,93	139.308,53		8.030.217,13
Total diminuições		223.776,36	168.862,67	126.514,31	6.767,36		79.590,27			605.510,97
Depreciações do período		223.776,36	168.862,67	126.514,31	6.767,36		79.590,27			605.510,97
Saldo no fim do período	375.090,31	5.205.218,97	1.231.396,55	653.086,02	29.167,12		147.080,66	295.840,88		7.936.875,51
Valor bruto no fim do período	375.090,31	5.428.990,33	1.400.259,22	779.600,33	35.994,48		226.670,93	295.840,88		8.542.386,48
Depreciações acumuladas no fim do período		223.776,36	168.862,67	126.514,31	6.767,36		79.590,27			605.510,97

Em 2019, a entidade não possuía quaisquer ativos fixos tangíveis.

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Saldo no início do período										
Variações do período										
Total de aumentos										
Total diminuições										
Saldo no fim do período										
Valor bruto no fim do período										
Depreciações acumuladas no fim do período										





6 - Ativos Intangíveis

6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		13.933,97	51.095,57		21.488,66			86.518,20
Amortizações acumuladas totais no fim do período		2.610,40	12.055,18		4.096,32			18.761,90
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Saldo no início do período								
Varições do período		11.323,57	39.040,39		17.392,34			67.756,30
Aquisições em primeira mão			3.757,47					3.757,47
Outros aumentos		13.933,97	47.338,10		21.488,66			82.760,73
Total de aumentos		13.933,97	51.095,57		21.488,66			86.518,20
Amortizações do período		2.610,40	12.055,18		4.096,32			18.761,90
Total diminuições		2.610,40	12.055,18		4.096,32			18.761,90
Saldo no final do período		11.323,57	39.040,39		17.392,34			67.756,30

Em 2019, não existiam quaisquer ativos Intangíveis.

Quadro comparativo:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período								
Amortizações acumuladas totais no fim do período								
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Saldo no início do período								
Varições do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								





9 - Inventários

9.1. Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

O método do custeio usado é o da fórmula do custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

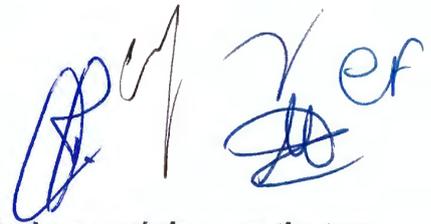
9.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais						
Compras		30.657,32	30.657,32			
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		30.657,32	30.657,32			
OUTRAS INFORMAÇÕES						

9.3. Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Prod. Acabados e Interm.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. r. Interm. Per. Anterior	Subprd, desp e refugos Per. Anterior	Prod e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO								
Inventários finais	15.377,50			15.377,50				
Reclassificação e regularização de inventários	7.422,60			7.422,60				
Inventários iniciais								
Variação da produção	7.954,90			7.954,90				
OUTRAS INFORMAÇÕES								





8 - Custos de empréstimos obtidos

8.1. Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

No ano de 2020 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 11.523,90 euros.

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		2.757.419,17	1.985.986,96						
Instituições de crédito e sociedades financeiras		2.688.215,17	708.272,25						
Outros financiadores		69.204,00	1.277.114,71						
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		2.757.419,17	1.985.986,96						

8.2. Outras divulgações

Descrição	Valor Período
Juros e rendimentos similares obtidos	
Juros e gastos similares suportados	11.523,90
Juros de financiamentos suportados	11.523,90
Outros juros de financiamentos obtidos	11.523,90





11 - Impostos e contribuições

11.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada (s); ou

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	32.011,54	(2.527,11)
Imposto corrente	7.952,67	
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	7.952,67	
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto	24,84	

11.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		7.952,67		
IRC a receber / pagar		7.952,67		
Retenção de impostos sobre rendimentos	2.003,83	50.494,50		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	141.671,22		477,52	
Contribuições para a Segurança Social		143.256,02		
Tributos das autarquias locais		30,42		
Outras tributações		335.994,38		
Total	143.675,05	537.727,99	477,52	

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. A Administração da Empresa entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.



CF
CF

10 - Rédito

- 10.1. **Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transa es que envolvem a presta o de serviços**

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e presta o de serviços, líquido de impostos e descontos, e   reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes   posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e   reconhecido com referência   sua execu o relativamente aos serviços prestados.

- 10.2. **Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descri�o	Valor Período
Vendas de bens	1.376.626,43
Presta�o de serviços	3.478.019,76
Outros réditos	84.336,77
Total	4.938.982,96

- 10.3. **Outros Rendimentos**

RUBRICAS	PERIODOS
	2020
Outros rendimentos	84.336,77
Rendimentos suplementares	38.294,69
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	28.835,00
Imputa�o de subsídios para investimentos	16.265,59
Outros	941,49





13 - Benefícios dos empregados

13.1. Número de empregados e gastos de pessoal

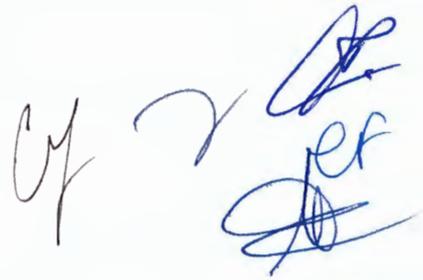
13.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

A 31 de dezembro de 2020 o número médio de colaboradores ao serviço da empresa foi de 283.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Descrição	Valor Período
Gastos com o pessoal	2.140.105,23
Remunerações do pessoal	1.569.503,35
Encargos sobre as remunerações	352.956,79
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	110.277,16
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	107.367,93




12 - Instrumentos financeiros

- 12.1. **Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:**

Os instrumentos financeiros detidos pela Empresa encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			3.859.893,28		
Clientes			3.392.822,18		
Outras contas a receber			443.071,10		
Ativos financeiros detidos para negociação			24.000,00		
Passivos financeiros:			11.781.849,39		
Fornecedores			2.730.646,54		
Financiamentos obtidos			4.742.806,13		
Outras contas a pagar			4.307.896,72		
Ganhos e perdas líquidos:			(9.445,30)		
De ativos financeiros			911,29		
De passivos financeiros			(10.356,59)		
Rendimentos e gastos de juros:			(11.523,90)		
De passivos financeiros			(11.523,90)		

- 12.2. **Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão**

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	50.000,00			50.000,00
Resultados transferidos			(2.527,11)	(2.527,11)
Total	50.000,00		(2.527,11)	47.472,89





14 - Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE †	Total
Vendas	1.376.626,43	1.376.626,43
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	1.376.626,43	1.376.626,43
Prestações de serviços	3.478.019,76	3.478.019,76
Compras	30.657,32	30.657,32
Fornecimentos e serviços externos	1.804.344,46	1.804.344,46
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	30.657,32	30.657,32
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	30.657,32	30.657,32
Variação nos inventários de produção	7.354,90	7.354,90
Gastos com o pessoal	2.140.105,23	2.140.105,23
Remunerações	1.569.503,35	1.569.503,35
Outros gastos	570.601,88	570.601,88
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	7.936.875,51	7.936.875,51
Total das aquisições	512.169,35	512.169,35
Adições no período de ativos em curso	156.532,35	156.532,35
Propriedades de investimento		

14.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	1.376.626,43			1.376.626,43
Prestações de serviços	3.478.019,76			3.478.019,76
Compras	30.657,32			30.657,32
Fornecimentos e serviços externos	1.804.344,46			1.804.344,46
Aquisições de ativos fixos tangíveis	8.542.386,48			8.542.386,48
Aquisições de ativos intangíveis	86.518,20			86.518,20
Rendimentos suplementares:	38.294,69			38.294,69
Aluguer de equipamento	3.000,00			3.000,00
Outros rendimentos suplementares	35.294,69			35.294,69





15 - Outras informações

15.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	161.482,58	
Serviços especializados	762.548,21	
Trabalhos especializados	87.811,37	
Publicidade e propaganda	46.740,74	
Vigilância e segurança	34.290,00	
Honorários	47.190,00	
Conservação e reparação	515.097,36	
Outros	31.418,74	
Materials	61.439,23	138,25
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	58.064,03	
Livros e documentação técnica	14,91	
Material de escritório	3.360,29	138,25
Energia e fluidos	572.215,48	
Eletricidade	172.733,38	
Combustíveis	388.220,63	
Água	5.562,33	
Outros	5.699,14	
Deslocações, estadas e transportes	26.100,35	
Deslocações e estadas	4.216,91	
Transportes de mercadorias	21.883,44	
Serviços diversos	220.558,61	2.388,86
Rendas e alugueres	116.463,79	
Comunicação	10.201,07	3,45
Seguros	50.199,45	
Contencioso e notariado	12.603,76	2.385,41
Limpeza, higiene e conforto	31.090,54	
Total	1.804.344,46	2.527,11

15.2. Proposta de Aplicação dos Resultados

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A no período económico findo em 31 de dezembro de 2020 realizou um resultado líquido de 24.058,87 euros, propondo a sua aplicação da seguinte forma:

Reservas Legais	2.153,18 euros
Resultados Transitados	21.905,69 euros





15.3. Outros Gastos

RUBRICAS	PERÍODOS
	2020
Outros gastos	339.933,83
Impostos	298.999,27
Donativos	2.230,00
Quotizações	250,00
Outros	28.097,97
Outros Gastos de Financiamentos	10.356,59

15.4. Procedimentos e práticas contabilísticas de registo dos subsídios ao investimento – Projetos Resitejo

Na determinação do justo valor dos ativos fixos tangíveis, não foram considerados os subsídios ao investimento, dado que na avaliação patrimonial realizada, os avaliadores independentes, na determinação do valor do uso dos bens móveis tomaram em consideração o seguinte: (i) valor indicativo dos capitais próprios da Resitejo; e (ii) avaliação efetuada por perito independente relativamente ao justo valor dos bens imóveis. Ou seja, não existe sustentação metodológica para a inclusão dos subsídios ao investimento na avaliação pelo valor de uso do ativo fixo tangível, para efeito de dar cumprimento ao regime dos preços de transferência, nomeadamente, ao disposto na alínea b), do nº 3, do artigo 63º do Código de IRC, no âmbito da transferência da atividade.

O procedimento descrito vai de encontro ao estabelecido na International Accounting Standard (IAS) 20 - Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance, a qual prevê a possibilidade dos subsídios ao investimento, serem contabilizados como dedução ao valor do ativo que se destinam a subsidiar ou como rendimento diferido.

Enquanto na Resitejo, conforme divulgação no anexo às demonstrações financeiras, os procedimentos e práticas de reconhecimento dos subsídios e da respetiva contabilização eram os seguintes: “Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Associação cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos. Em termos de contabilização, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer. Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados no Capital Próprio e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciáveis ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses ativos não sejam depreciáveis ou não amortizáveis.”

Esses procedimentos decorrem da aplicação da NCRF 22 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, nomeadamente o disposto nos parágrafos 22 a 24.

Assim, entendemos divulgar, no quadro seguinte, a informação financeira dos subsídios ao investimento por reconhecer, desde a data de transferência dos ativos pela Resitejo, como se tal operação não tivesse ocorrido.





16 - Acontecimentos após a data de balanço

16.1. Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;
A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.
Os acionistas da empresa detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avallamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo Interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2021

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



Ativo	Valor aquisição	Depreciações acumuladas até 31-07-2020	Depreciações de agosto a dezembro de 2020	Subsídio a reconhecer em 31-07-2020	Rendimento a ser reconhecido de agosto a dezembro 2020	Subsídio a reconhecer
Edifícios e outras construções	5.639.632,39	2.530.509,50	165.781,76	2.507.419,28	121.523,03	2.385.896,25
Equipamento básico	15.294.612,50	11.510.856,77	810.954,96	3.077.261,44	738.549,71	2.338.711,73
Equipamento transporte	1.025.801,08	468.451,21	85.507,87	323.669,74	72.851,28	250.818,46
Ativos intangíveis	144.558,25	100.465,40	20.072,94	21.900,04	6.607,24	15.292,80
Totais	22.104.604,22	14.610.282,88	1.082.317,53	5.930.250,50	939.531,26	4.990.719,24

Conselho de Administração

Contabilista Certificado





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 12.390.609 euros e um total de capital próprio de 71.532 euros, incluindo um resultado líquido de 24.059 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Entidade não constituiu provisões ambientais, relacionadas com a monitorização ambiental e encerramento das células de deposição de resíduos, pelo facto não existirem elementos que possibilitem a sua mensuração.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos Independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



TEJO AMBIENTE EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A.,

**Deliberação do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
da Tejo Ambiente, E.I.M., S.A.**

Ponto 1: Apreciação e aprovação da Prestação de Contas do Exercício de 2020 e da realização de transferências financeiras a cargo dos sócios, nos termos e para efeitos do disposto no nº 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto; assim como do Parecer do Fiscal Único e aplicação dos resultados do exercício.

Presentes as Contas do Exercício e a proposta de aplicação de resultados bem como o parecer do Fiscal Único referentes ao ano de 2020.

O Conselho de Administração apreciou favoravelmente os referidos documentos do exercício de 2020.

Nos termos das alíneas j) e k) do nº 6 do artigo 25º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, compete ao Fiscal Único emitir parecer sobre as contas do exercício e a certificação legal das contas.

Apreciado o Relatório e Contas do Exercício de 2020, assim como o Parecer favorável do Fiscal Único da Tejo Ambiente, o Conselho de Administração aprovou:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, os quais exprimem a real situação financeira e patrimonial da empresa TEJO AMBIENTE – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A., no termo do exercício de 2020;
2. O reporte de imposto decorrente do prejuízo fiscal (nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 25 do SNC), reconhecendo-o como um ativo do período em que ocorre ao ser “provável que o benefício fluirá para a entidade” nos períodos seguintes; face às perspetivas futuras de revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira de Constituição, com base no tarifário, receita ordinária da Tejo Ambiente. Assim, com base na revisão do EVEF, perspetivar-se-á a sustentabilidade da operação e a realização de lucro tributável nos 12 períodos seguintes (anos). Lucro esse que será integralmente aplicado na renovação e substituição das infraestruturas do Sistema de Abas-



TEJO AMBIENTE EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A.,

tecimento de Água, Saneamento e Resíduos Urbanos. Neste contexto, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral o reconhecimento do imposto diferido em exercícios futuros, com base na premissa da revisão do EVEF de Constituição.

3. A aplicação do resultado líquido negativo do período, no montante de 2.281.654,15 euros (dois milhões duzentos e oitenta e um euros, seiscentos e cinquenta e quatro euros e quinze cêntimos), para resultados transitados.
4. A transferência a cargo dos sócios, nos termos do Artigo 40º, nºs 2 e 8 da Lei nº 50/2012, de 31/08). Perante o resultado negativo do exercício, o Conselho de Administração propõe a aplicação do mecanismo legal de reposição do equilíbrio previsto no nº 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, sendo que, «... no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa». Ante o exposto, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a reposição do equilíbrio, nos seguintes termos:

Subvenção Financeira	MUNICÍPIO DE TOMAR	MUNICÍPIO DE OURÉM	MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZÉZERE	MUNICÍPIO MAÇÃO	MUNICÍPIO SARDOAL	MUNICÍPIO VILA NOVA BARQUINHA
% Capital Social (Artº 40º Lei 50/2012)	35,63%	32,37%	7,94%	10,85%	5,58%	7,63%
Valor da Subvenção	812 953,37 €	738 571,45 €	181 163,34 €	247 559,48 €	127 316,30 €	174 090,21 €

Para efeitos do disposto no artigo 39º da citada Lei, a empresa intermunicipal está sujeita a controlo financeiro destinado a averiguar da legalidade, economia, eficiência e eficácia da sua gestão, devendo remeter as Contas para a Inspeção-Geral de Finanças e Tribunal de Contas e mais decidiu remeter a prestação de contas, parecer do Fiscal Único e proposta de aplicação de resultados para o Órgão deliberativo, Assembleia Geral.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.

Ourém 30 de março de 2021

A Presidente do Conselho de Administração



ey
2 el
[Handwritten signatures]

TEJO AMBIENTE EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A.,

Anabela Gaspar de Freitas

A Secretária

Mafalda Sofia Fernandes



Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS


 Russell Bedford
taking you further

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da
RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.
Chamusca

Em cumprimento do disposto no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No desempenho das funções de Fiscal Único acompanhamos a atividade da vossa Empresa através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Administração quer pelos Serviços. Por outro lado, vigiámos a observância das disposições legais, efetuámos as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e analisámos a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, procedemos à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Administração, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Sociedade.

Elaborámos o Relatório de auditoria e a Certificação Legal das Contas decorrente do exame efetuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pela Administração deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Administração devem ser aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração deve ser aprovada.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2021

FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:


Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085

[Handwritten signatures]



**TEJO
AMBIENTE**

Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo



RELATÓRIO DE GESTÃO 2020

ÍNDICE

1. QUEM SOMOS.....	6
2. OPERAÇÃO TRANSMITIDA PELOS MUNICÍPIOS À TEJO AMBIENTE	7
3. PERSPETIVAS FUTURAS	8
4. ÂMBITO TERRITORIAL	9
5. A EMPRESA.....	9
5.1 Missão, Visão e Objetivos	10
5.2 Órgãos Sociais.....	12
5.3 Estrutura Organizacional da Tejo Ambiente.....	12
5.3.1 Regional.....	12
5.3.2 Funcional	15
6. LINHAS ESTRATÉGICAS.....	16
7. OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	18
8. DECISÕES QUANTO AO REEQUILÍBRO DA OPERAÇÃO	22
9. RECURSOS HUMANOS.....	23
10. GOVERNAÇÃO	24
11. PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO	25
12. REGULAÇÃO	26
12.1 Regulação Económica	26
12.2 Regulação da Qualidade do Serviço	27
13. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	27
14. OS PROBLEMAS QUE AFETAM O SETOR E A PERFORMANCE DA EMPRESA.....	31
14.1 Os Problemas estruturais	31
14.2 O Regime Fiscal agravado.....	31
14.3 A sobrecarga tarifária das entidades gestoras em “Alta”.....	33
15. INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES EM CURSO	35
16. ATIVIDADE OPERACIONAL DA EMPRESA	39
16.1 Indicadores de Atividade	39
16.1.1 Utilizadores	39
16.1.2 Reclamações.....	39
16.1.3 Volumes faturados	40
16.2 Operação Abastecimento de água	41
16.2.1 Volume aduzido à rede	41
16.2.2 Avarias da rede.....	41

16.2.3	Interrupções de fornecimento – Interrupções programadas	42
16.2.4	Deteção de fugas.....	42
16.2.5	Qualidade da água.....	43
16.2.6	Ramais novos de Abastecimento de Água	43
16.3	Operação Saneamento de Águas Residuais	44
16.3.1	Volumes recolhidos nas redes de saneamento.....	44
16.3.2	Volumes recolhidos em autotanques.....	44
16.3.3	Operação e manutenção de ETAR.....	44
16.3.4	Afluências indevidas nas redes de drenagem	45
16.3.5	Ramais novos de Saneamento	46
16.4	Obras executadas ou em execução	46
16.5	Sistemas de Informação Geográfica (SIG) / Cadastro.....	46
16.6	Operação Gestão de Resíduos Urbanos	47
17.	ATIVIDADE FINANCEIRA DA EMPRESA.....	48
17.1	Balanço	48
17.2	Demonstração de Resultados por Natureza.....	49
17.3	Demonstração de Resultados por Atividade	49
17.4	Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	50
17.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	51
17.6	Análise Económica	51
17.7	Análise Financeira.....	52
17.8	Gestão de Risco	52
18.	PERSPETIVAS FUTURAS.....	52
19.	NEGÓCIO ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	52
20.	AÇÕES PRÓPRIAS	52
21.	SUCURSAIS	53
22.	SITUAÇÃO FISCAL E CONTRIBUTIVA	53
23.	FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	53
24.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
25.	IMPOSTO DIFERIDO SOBRE O RENDIMENTO.....	53
26.	APLICAÇÃO DE RESULTADOS	54
27.	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A CARGO DOS SÓCIOS (Artigo 40º, nºs 2 e 8 da Lei nº 50/2012, de 31/08) .	54
28.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	55

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização Social e Territorial.....	9
Quadro 2 - Estrutura Acionista.....	9
Quadro 3 - Proposta de estrutura de RH do Estudo de Constituição	23
Quadro 4 - Evolução da estrutura de RH.....	23
Quadro 5 - Representatividade dos Gastos das Entidade em “Alta”	33
Quadro 6 - Resumo Faturação 2020	34
Quadro 7 - Projetos Aprovados pelos Fundos Comunitários (POSEUR).....	35
Quadro 8 - Estado de Maturidade das Operações POSEUR.....	38
Quadro 9 - Comparação do nº de utilizadores a 31 de dezembro de 2020.....	39
Quadro 10 - Distribuição das reclamações recebidas	39
Quadro 11 - Volumes faturados por atividade.....	40
Quadro 12 - Nº de avarias por Município	41
Quadro 13 - Distribuição dos volumes de água recolhida na rede de saneamento	44
Quadro 14 - Distribuição de nº de despejo de fossas realizadas e respetivos volumes recolhidos (estimativa)	44
Quadro 15 - Volumes recolhidos nas ETARs	45
Quadro 16 - Nº de toneladas entregues às Entidades em Alta.....	47

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Território	10
Figura 2 - Organização Regional	14
Figura 3 - Organograma.....	15
Figura 4 - Cronograma proposto junto do Ministério do Ambiente	19
Figura 5 - Evolução mensal do número de trabalhadores	24
Figura 6 - Relação de vínculo.....	24
Figura 7 - Cenário macroeconómico 2020-2021	29
Figura 8 - Peso entidades em “Alta” no volume de negócios	33
Figura 9 - Peso no volume de negócios	34
Figura 10 - Volume de negócios por Município.....	34
Figura 11 - Variação mensal da água aduzida à rede por Município	41
Figura 12 - Detecção de uma fuga pela equipa especializada	42
Figura 13 - Distribuição mensal dos volumes recolhidos por Município Vs precipitação média registada em Portugal Continental no ano 2020 (dados IPMA)	45
Figura 14 - Exemplo Planta cadastro.....	46

1. QUEM SOMOS

Por Contrato de Gestão Delegada assinado no dia 1 de outubro de 2019, a recém-constituída empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, detida a 100% pelos municípios de Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha, foi incumbida da responsabilidade da gestão dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e a recolha indiferenciada de resíduos sólidos urbanos, nestes seis municípios. O serviço de abastecimento de água do Concelho de Ourém mantém-se sob concessão à *Be Water* até 2027, ano em que a Tejo Ambiente assumirá a gestão destes serviços.

A atividade operacional iniciou-se no dia 1 de janeiro de 2020, nos municípios de Ourém e Tomar, estendendo-se aos restantes quatro territórios em 1 de junho de 2020.

Esta jovem empresa, que atua numa área geográfica de cerca de 1.500 km², assegura os serviços públicos essenciais a 108.000 habitantes.

A criação desta empresa foi muito impulsionada pelos critérios definidos pelo Governo Central, como requisito de habilitação aos fundos comunitários, no âmbito do Eixo Prioritário III, do POSEUR (Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos).

A Tejo Ambiente reveste a natureza de empresa intermunicipal, regulada pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e, subsidiariamente, pelo código das sociedades comerciais. Obedece ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, por força da Lei nº 73/2013, de 13 de setembro e Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, condicionando o regime de financiamento aos limites legais de endividamento municipal e demais regras aplicáveis.

Existem critérios de racionalidade e de eficiência que levaram à agregação dos Municípios para a exploração dos serviços acima referenciados. Na implementação da operação, os órgãos de gestão pautaram a sua atuação com o objetivo de salvaguardar, de entre outras, as linhas de orientação a seguir preconizadas:

- ✓ Racionalidade e cultura empresarial focada nos resultados produzidos, na eficiência e na eficácia, permitindo assim a aplicação de um tarifário otimizado;
- ✓ Aumento dos ganhos de eficiência ao nível da operação, por via da otimização de processos;
- ✓ Possibilidade de constituir um *player* do sector de dimensão relevante a nível nacional;
- ✓ Aumento de capacidade negocial junto dos principais fornecedores;

- ✓ Melhor gestão dos caudais contratados com a EPAL, AdVT e AdCL;
- ✓ Reforço da equidade tarifária junto das populações entre municípios da mesma região;
- ✓ Manutenção de estruturas operacionais e de atendimento ao Cliente em todos os Municípios;
- ✓ Garantia da melhoria das condições salariais e regalias para todos os trabalhadores, que só transitaram para a Tejo Ambiente na condição do aumento das suas remunerações;
- ✓ Possibilidade de realizar investimentos significativos de uma forma sustentável e duradoura e sem dependência de constrangimentos orçamentais e financeiros dos municípios;
- ✓ Posicionar-se numa situação de elegibilidade para efeitos de atribuição de subsídios ao investimento não reembolsáveis;
- ✓ Aumento da capacidade de endividamento junto das entidades financiadoras tendo em vista a execução do plano de investimentos previstos no presente Estudo de Viabilidade Económica e Financeira que resultou do projeto de constituição;
- ✓ Consolidar um projeto, a curto e médio prazo, que seja económica e financeiramente viável, de modo que os empréstimos contraídos, assim como o endividamento líquido da empresa, não relevem para os limites do endividamento municipal.

2. OPERAÇÃO TRANSMITIDA PELOS MUNICÍPIOS À TEJO AMBIENTE

Os seis municípios que integram a Tejo Ambiente apresentam algumas características distintas, desde logo ao nível da população e área geográfica. Em termos populacionais, a população dos 4 municípios menos populosos soma 25,8 mil habitantes, enquanto que nos 2 municípios mais populosos ascende a 82,5 mil habitantes.

Em termos de densidade populacional obtêm-se variações entre os 16,5 hab./km² e os 146 hab./km².

A acessibilidade física e a taxa de atendimento do serviço de abastecimento de água (AA) e do serviço de gestão de resíduos urbanos (RU) e a qualidade da água são globalmente boas, havendo alguns municípios com baixas taxas de atendimento do serviço de saneamento de águas residuais (SAR). A manutenção e renovação de condutas e coletores é insuficiente. As perdas de água são elevadas (42,6% em média, variando entre os 28% e os 69%). As infiltrações são igualmente expressivas.

O serviço de AA de Ourém encontra-se concessionado a um operador privado, só transitando para a Empresa Intermunicipal após o término do contrato de concessão em 2027.

No conjunto dos municípios existem 71 captações subterrâneas, 2.906 km de redes, 185 reservatórios e 33 estações elevatórias de abastecimento de água.

Nos sistemas de saneamento existem 641 km de redes, 17 ETAR e 47 estações elevatórias.

Os resíduos urbanos contam com 9 346 contentores.

Perspetiva-se no futuro um decréscimo da população total de cerca de 18% face aos 109,2 mil habitantes indicados pelo INE em 2016.

A capitação média de água da região, de 194 L/hab.dia, deverá registar um decréscimo de cerca de 8% em 5 anos, atingindo os 180 L/hab.dia de 2025 em diante.

3. PERSPETIVAS FUTURAS

O Estudo de Constituição preconiza algumas metas para a operação, só possíveis de alcançar a médio e longo prazo, após o impacto dos investimentos, a saber:

- ✓ A taxa de atendimento de AA venha a aumentar dos atuais 77% para 92% em 5 anos, mantendo-se praticamente estabilizada nos anos seguintes;
- ✓ A taxa de cobertura do saneamento aumente dos 40% para cerca de 70% em 15 anos;
- ✓ As perdas de água venham a ser reduzidas dos iniciais 42,6% para 18%;
- ✓ As infiltrações de águas pluviais venham a passar dos atuais 172% para 139% em 15 anos;
- ✓ Para a capitação de RU, de 1,01 kg/hab.dia, partiu-se do pressuposto de que esta se manteria nos próximos 30 anos, dado ter-se considerado que o efeito de subida plausível quando comparada com o valor médio do continente (1,29 kg/hab.dia) poderá ser anulado em resultado da pressão exercida em torno da prevenção da produção de resíduos;
- ✓ A lavagem de contentores deverá aumentar para uma média de 6 vezes por ano.

4. ÂMBITO TERRITORIAL

O âmbito territorial da operação da Tejo Ambiente está evidenciado no quadro seguinte.

Quadro 1 - Caracterização Social e Territorial

Município	População	Alojamentos	Área (Km2)
Ferreira do Zêzere	8 126	7 503	190
Mação	6 586	7 001	400
Ourém	44 751	29 018	417
Sardoal	3 792	2 969	92
Tomar	37 795	26 232	351
Vila Nova da Barquinha	7 314	4 096	50
TOTAL	108 364	76 819	1 500

Fonte: INE, PORDATA 2016

5. A EMPRESA

◆ **Designação Social:** Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do medio Tejo E.I.M.,

S.A.

◆ **Sede Social:** Edifício Paço do Conde, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 2490 – 548 Ourém

◆ **Pessoa Coletiva:** 515 545 236

◆ **Capital Social:** € 600.000 (seiscentos mil euros)

◆ **Nº Registo na Conservatória do Registo Comercial de Santarém:** 515 545 236

Quadro 2 - Estrutura Acionista

Município	Participação	
	%	€
Tomar	35,63	213 792,00 €
Ourém	32,37	194 237,00 €
Mação	10,85	65 128,00 €
Ferreira do Zêzere	7,94	47 610,00 €
Vila Nova da Barquinha	7,63	45 779,00 €
Sardoal	5,58	33 454,00 €
TOTAL	100	600 000,00 €

5.1 Missão, Visão e Objetivos

A empresa intermunicipal tem por missão a gestão integrada e partilhada dos Sistemas de Abastecimento de Água, Resíduos Urbanos e Saneamento Básico dos Municípios de Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha, para um universo de 108 mil habitantes e 77 mil alojamentos, de forma mais eficiente e ambientalmente sustentada.

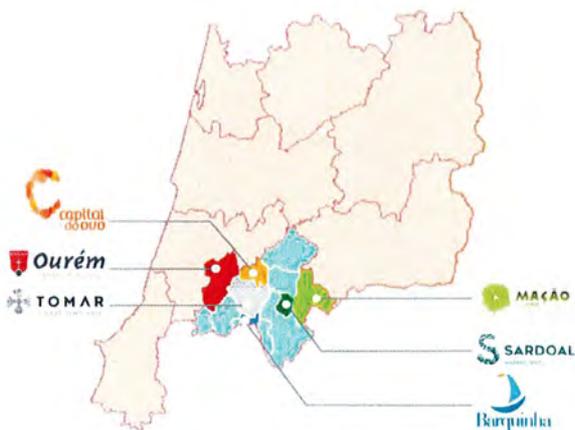


Figura 1 - Território

Alinhada pelas orientações e princípios do PensaAR 2020, a estratégia definida assegurará, nos próximos 5 anos, um processo gradual de realização de medidas operacionais e de gestão que garantam os padrões de qualidade exigidos pela ERSAR, o aumento

de taxas de cobertura e a garantia de que a acessibilidade económica das famílias seja salvaguardada pela prática de tarifário adequado aos rendimentos dos consumidores.

Os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos regem-se, em primeiro lugar, pela legislação nacional, pelo que é fundamental atender em especial ao D.L. 194/2009, de 20 de agosto.

Neste contexto, os princípios pelos quais os mencionados serviços públicos se regem na Tejo Ambiente são os seguintes:

- A promoção tendencial da sua universalidade e a garantia da igualdade no acesso;
- A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
- O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
- A proteção da saúde pública e do ambiente;
- A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
- A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento regional.

A organização dos sistemas na Tejo Ambiente privilegia:

- a) A gestão integrada territorialmente mais adequada associada à prestação de cada um dos serviços, de forma a minimizar custos através da maximização de economias de escala;
- b) A gestão integrada dos sistemas públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama;
- c) A gestão integrada de todo o processo produtivo associado a cada um destes serviços, de forma a maximizar economias de processo através de um maior grau de integração vertical.

VISÃO

Assumir-se como uma Empresa Intermunicipal, regional, orientada para estabelecer tarifários justos e equilibrados, que sejam:

- Socialmente acessíveis;
- Protetores do Ambiente;
- Economicamente sustentáveis.

Garantindo níveis de excelência consentâneos com as melhores práticas do setor, no que se refere a:

- Rigor nos Investimentos;
- Rigor na Gestão;
- Rigor na Eficiência.

OBJETIVOS

- Promover a universalidade dos serviços;
- Assegurar a garantia da igualdade no acesso e a proteção dos interesses dos utilizadores;
- Promover a qualidade do serviço;
- Garantir transparência e acesso à informação;
- Promover a proteção da saúde pública e do ambiente;
- Promover a eficiência e melhoria contínua;
- Contribuir para a promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento regional.

5.2 Órgãos Sociais

A composição dos Órgãos Sociais da Tejo Ambiente, E.I.M., S.A. é a seguinte:

ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente
Vasco António Mendonça Sequeira Estrela – Presidente Município de Mação;
- Vice-presidente
Fernando Manuel dos Santos Freire – Presidente Município Vila Nova da Barquinha;
- Secretário
António Miguel Cabedal Borges – Presidente Município de Sardoal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Presidente
Anabela Gaspar Freitas – Presidente Município de Tomar;
- Vogais Efetivos
Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores – Presidente Município de Ferreira do Zêzere;
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque – Presidente Município de Ourém.

FISCAL ÚNICO

- Empresa VL Santos & Associados- SROC, SA n. 265 - Vítor Luís Carrasqueira dos Santos ROC
n.º 1527

5.3 Estrutura Organizacional da Tejo Ambiente

5.3.1 Regional

Para a persecução dos objetivos da Tejo Ambiente definiu-se uma estrutura organizacional otimizada, ou seja, que atende à especificidade regional, eficiente e com elevada capacidade de decisão e resposta.

Sob estes pressupostos, a Empresa Intermunicipal estrutura-se em 3 níveis de organização regional incluindo: uma Sede central instalada em Ourém; um Centro de Engenharia e Tecnologia criado em Tomar e que concentra a Engenharia, Qualidade e Planeamento, bem como o armazém da Empresa;

seis Centros Operacionais (um por Município) por forma a garantir a capacidade de resposta e de intervenção diária e proximidade aos municípios.

A Sede central concentra todos os serviços de suporte, nomeadamente:

- Administração;
- Primeiras linhas de Direção das funções de suporte: Comercial e Administrativa e Financeira;
- Gestão dos processos de Faturação e Cobrança;
- Gestão de Reclamações;
- Recursos Humanos;
- Contabilidade e Controlo de Gestão;
- Serviços Administrativos e Apoio Informático.

O Centro de Engenharia e Tecnologia concentra os serviços operacionais transversais a todos os municípios, designadamente:

- Direções de Exploração e Manutenção e Engenharia e Qualidade;
- Planeamento, Projetos e Obras, SIG, Segurança e Saúde no Trabalho e Controlo de Qualidade;
- Gestão de produção de água e de tratamento e rejeição de efluentes (Operação, manutenção e exploração dos sistemas em “alta”);
- Compras, armazéns e oficinas;
- Parque de veículos especiais e de inertes;
- Manutenção preventiva.
- Certificação e Controlo de Qualidade.

Os Centros Operacionais asseguram o serviço e proximidade à população, concentrando concretamente:

- Operação de redes de água e saneamento em “baixa”;
- Manutenção curativa (roturas, colapsos, etc.) das redes de abastecimento de água e saneamento em “baixa”;
- Serviços de atendimento ao público (sediados nas Câmaras Municipais);
- Leituras de contadores.

O Centro de Engenharia e Tecnologia e os Centros Operacionais garantem – a todos os Municípios – proximidade do serviço à população e capacidade de resposta descentralizada.

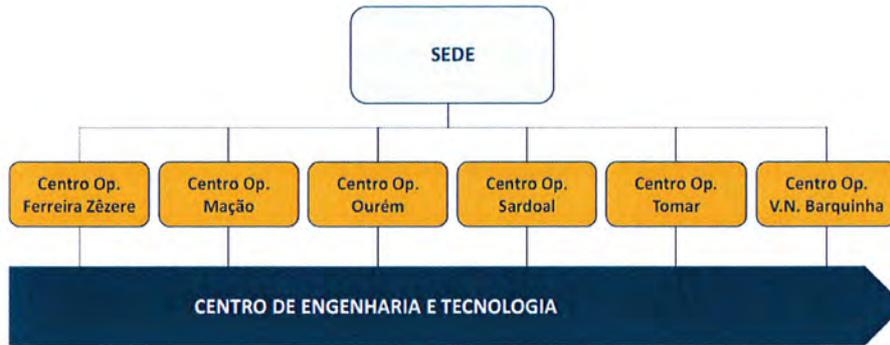


Figura 2 - Organização Regional

5.3.2 Funcional

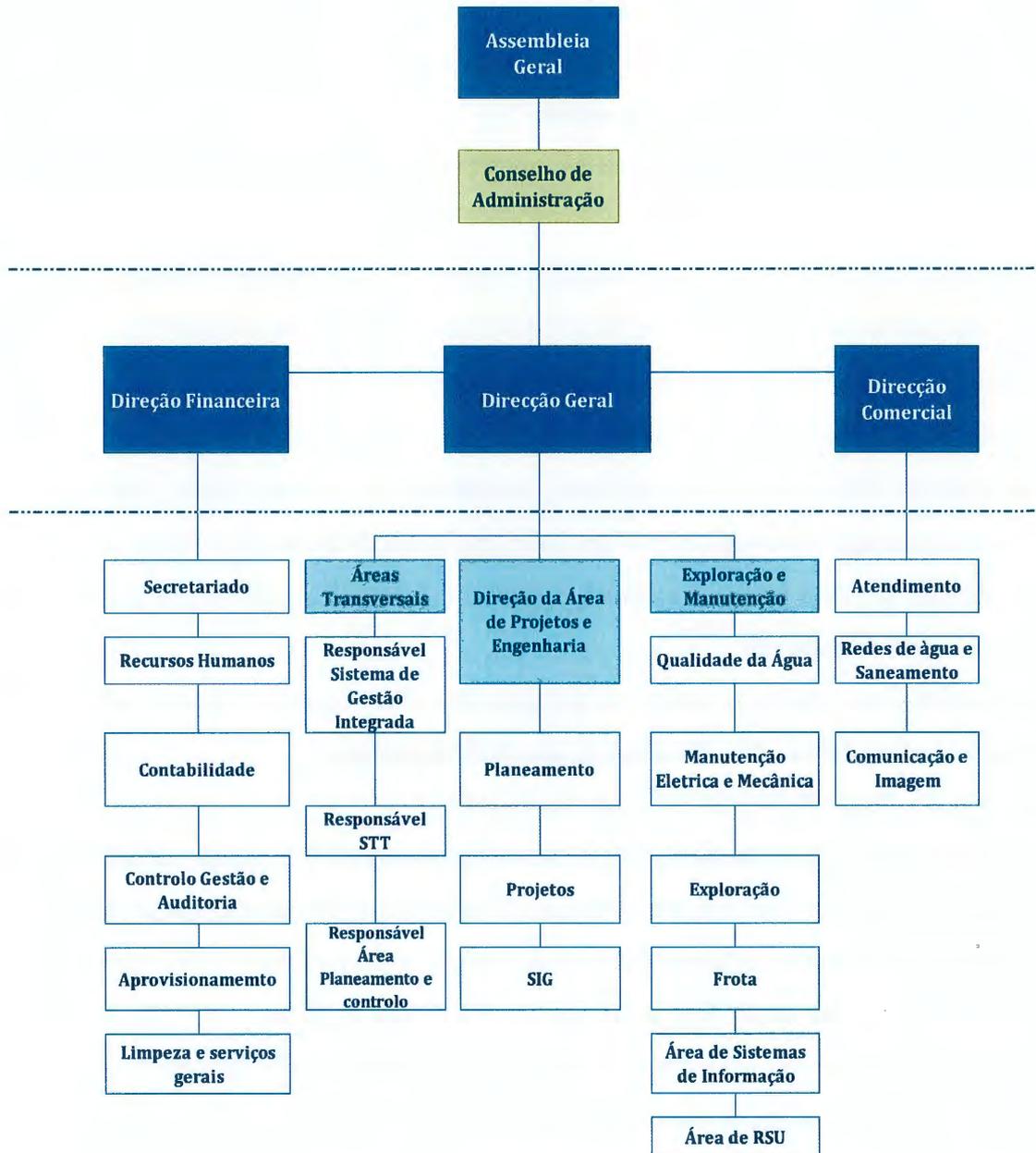


Figura 3 - Organograma

6. LINHAS ESTRATÉGICAS

Os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos obedecem, em primeiro lugar, à legislação nacional, pelo que é fundamental atender em especial ao D.L. 194/2009, de 20 de agosto.

Neste contexto, os princípios pelos quais os mencionados serviços públicos se regem são os seguintes:

- A promoção tendencial da sua universalidade e a garantia da igualdade no acesso;
- A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
- O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
- A proteção da saúde pública e do ambiente;
- A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
- A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento regional.

Adicionalmente, tais princípios devem ser prosseguidos eficazmente, de forma a oferecer, ao menor custo para os utilizadores, elevados níveis de qualidade de serviço.

Nesse sentido, a organização dos sistemas deve privilegiar:

1. A gestão integrada territorialmente mais adequada associada à prestação de cada um dos serviços, de forma a minimizar custos através da maximização de economias de escala;
2. A gestão integrada dos sistemas públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama;
3. A gestão integrada de todo o processo produtivo associado a cada um destes serviços, de forma a maximizar economias de processo através de um maior grau de integração vertical.

Sem perder de mira os pressupostos que conduziram à criação da empresa e que balizaram os objetivos definidos para um **horizonte móvel de 15 anos**, os órgãos executivos procurarão, na fase de arranque da empresa, implementar medidas que irão certamente contribuir para as “orientações estratégicas” assim definidas:

- Assegurar a prestação de um serviço sustentável e inovador, focalizado no cliente e nas demais partes interessadas, respeitando a envolvente, a comunidade, o ambiente e promovendo a colaboração e a partilha de informação e de conhecimento;

- Garantir uma maior eficiência no uso de recursos, nomeadamente através da aposta nas energias renováveis e na promoção de outras práticas de otimização energética das instalações, da reutilização da água residual tratada e da procura de novas soluções para as lamas do processo, prevenindo a poluição dos meios recetores e minimizando os impactes ambientais associados à atividade;

- Estabelecer contratos de fornecimento de bens e serviços com fornecedores que partilham dos nossos princípios e ética empresarial e adquirir produtos e serviços energeticamente eficientes;

- Garantir que os trabalhadores encontram todos os dias um local de trabalho cada vez mais seguro e saudável, integrando os aspetos da Segurança e Saúde no Trabalho na gestão dos nossos negócios, para que todas as atividades sejam consideradas sob a perspetiva da prevenção e da minimização dos respetivos riscos;

- Aumentar a taxa de cobertura da população servida por rede de saneamento de águas residuais e ETAR de forma a atingir tendencialmente, um valor de 80% nos Municípios servidos pela Tejo Ambiente;

- Reduzir as perdas de água de 42,6% (variando entre os 28% e os 60%), aumentando os níveis de eficiência na gestão do recurso ÁGUA;

- Diminuir as afluências indevidas à rede de saneamento, nomeadamente as águas pluviais que têm um peso expressivo;

- Fornecer um serviço cada vez melhor, assente no estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e promove a eficiência do desempenho e modelo de gestão;

- Conferir responsabilidade e motivação dos trabalhadores para um desempenho de elevado nível, fomentando o trabalho em equipa, transversal à empresa e promovendo a formação contínua;

- Prestar um serviço de alta qualidade, assegurando o cumprimento da legislação nacional e comunitária;

- Gestão mais eficiente com implementação de um conjunto de ferramentas de gestão que vão permitir a otimização de circuitos, a gestão de frotas e a gestão da caracterização de resíduos;

- Redução do caudal de efluentes drenados, dos atuais 172% para cerca de 139%;

- Com a contratação externa dos serviços de recolha de resíduos urbanos e a aquisição da atual frota automóvel (na modalidade de *renting*), contribuir para a redução da idade média da frota de

veículos, dos atuais 17 anos para 6 anos, o que levará à redução de emissões de CO₂ e de consumo de combustível;

- Renovação integral do parque de contentores em cada 10 anos, com um número médio de lavagens de 6 por ano (2 em 2 meses);

- Garantir a acessibilidade económica das famílias, através de prática de tarifário sustentável (tarifário social);

- Realizar investimentos de expansão e renovação de infraestruturas na ordem 29 milhões de euros nos próximos 2 a 3 anos.

7. OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Junto do Ministro do Ambiente, foi apresentado um “pacote” de investimentos para o Tratamento das Águas Residuais Domésticas, e da despoluição do Rio Nabão e Ribeira de Seiça.

O projeto de despoluição integrada do Nabão e Ribeira de Seiça proposto, representa cerca de 22 milhões de investimentos, com o objetivo de resolver um problema ambiental grave, transversal aos Municípios de Ourém e Tomar.

Este investimento estrutural, está na fase de projeto e tem como objetivo a diminuição das afluências indevidas nos emissários, permitindo o tratamento de todas as águas residuais rececionadas pelos mesmos, originando uma melhoria na qualidade de água tratada que é enviada para o meio hídrico recetor, pelas respetivas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARs).

Com o intuito de resolver o problema dos caudais de infiltração e a degradação das infraestruturas de saneamento, nos emissários de Seiça e do Alto do Nabão e a resolução dos problemas de funcionamento das ETARs, procurámos sensibilizar as entidades nacionais para a necessidade de obtenção de um regime de financiamento através de fundos comunitários. Nesse sentido, realizou-se uma reunião no Gabinete do Sr. Ministro do Ambiente, sensibilizando-o para a necessidade de se criarem condições de elegibilidade para promover a despoluição das bacias do Nabão e R^a de Seiça, nas bacias hidrográficas pertencentes ao Médio Tejo e reestruturar e fechar a malha do saneamento no conjunto dos Municípios, com uma visão integradora e mais eficiente do conjunto dos atuais subsistemas, corolário do sucesso do projeto da AGREGAÇÃO TEJO AMBIENTE.

Ao nível do Estudo de Viabilidade Económica Financeira (EVEF), que suportou a constituição da empresa, estavam previstos 147 trabalhadores.

Note-se que dos 91 trabalhadores que sempre asseguraram os serviços nos municípios de Ferreira do Zêzere, Vila Nova da Barquinha, Sardoal e Mação, e pese embora as inúmeras reuniões que foram sendo mantidas com os vários trabalhadores dos serviços delegados, apenas 13 aderiram ao projeto da Tejo Ambiente.

Importa referir que todos os trabalhadores que aderiram ao projeto da empresa intermunicipal, transitaram segundo um regime de Acordo de Cedência por Interesse Público, através do qual asseguraram todos os seus direitos e deveres de origem.

De acordo com o projeto de constituição da empresa intermunicipal, a adesão dos trabalhadores implicaria alterações da base remuneratória. Neste contexto, aos trabalhadores que aderiram, foi-lhes atribuído uma componente remuneratória por adesão ao projeto, que variou entre os 10%, 7,5% ou 5% sobre o vencimento base, consoante o escalão de remuneração em que se encontravam. Nalguns casos, não se verificaram acréscimos de remunerações. Para os trabalhadores que passaram a executar tarefas em mais de um município, o órgão de gestão atribuiu uma base remuneratória complementar de mais 15%.

Os limites globais fixados para as atualizações remuneratórias foram escrupulosamente respeitados dentro dos pressupostos do EVEF.

Dada a dimensão multimunicipal do projeto, não seria possível assegurar a adesão dos trabalhadores ao mesmo, se estes não tivessem o correspondente incentivo financeiro associado. Note-se que muitos deles foram deslocalizados dos seus locais habituais de trabalho, passando a assegurar trabalhos transversais, a mais do que um município.

Nos cinco meses iniciais de atividade, foram realizados 58 procedimentos por concurso público e por consulta prévia ao abrigo do Código da Contratação Pública, para assegurar a atividade operacional a empresa, em dois dos municípios, designadamente Tomar e Ourém.

Conhecer a realidade de cada município que integra a Tejo Ambiente, assegurando a transmissibilidade da responsabilidade dos contratos em vigor, dos quais se destacam a Valnor, RSTJ (ex-Resitejo), Valorlis, Águas do Centro Litoral, Águas do Vale do Tejo, EPAL, EDP, Santuário de Fátima, SMAS de Leiria, Be Water, SUMA, Fornecedores de material hidráulico, de entre outros; e, garantir em simultâneo a migração das 5 diferentes bases de dados dos contratos de clientes, sem quebra dos

preceitos legais, de confidencialidade e autorização consentida dos “Débitos Diretos” por parte dos consumidores; foi uma tarefa árdua, de grande exigência e dedicação dos colaboradores envolvidos.

Com o arranque da operação, toda a estrutura de recursos humanos das funções centrais de administração geral, financeira, técnica, comercial e de recursos humanos, entraram num processo de formação e de implementação do novo Sistema Integrado (SI) de gestão da Tejo Ambiente, constituído pelos Enterprise Resource Planning (ERP's) e Customer Relationship Management (CRM's), designadamente: Primavera Software (Gestão Orçamental e Contabilística; Gestão de Recursos Humanos; Gestão de Aprovisionamento; Gestão de Tesouraria; Gestão de Ativos, de entre outros); Gestão Documental *Filedoc*; Gestão de Clientes *Aquamatrix*; Gestão de obras por administração direta *Aquaworks*.

Sendo fulcral para o controlo e gestão da atividade da Tejo Ambiente, a implementação correta destes serviços nas áreas administrativa, financeira, recursos humanos, operacional e comercial, resultou na mobilização de uma vasta equipa de colaboradores, que se dedicaram, durante os primeiros seis meses e em pleno período pandémico COVID 19, à parametrização e transferência de dados para as novas base de dados, definição e desenho de processos e procedimentos e conceção de normas de Contro Interno (CI), contabilizando-se naquele período, mais de oito mil horas de árduo trabalho.

No ano em análise, foram aprovadas 10 operações candidatas ao POSEUR, correspondentes a 20 projetos com taxa de sucesso de 100%, abrangendo todo o território de intervenção da Tejo Ambiente, com apoios comunitários sob a forma de incentivos a fundo perdido que irão ascender os 13,3 milhões de euros.

Por falta de adesão de alguns trabalhadores operacionais dos serviços essenciais dos municípios de Ferreira do Zêzere, Vila Nova da Barquinha, Sardoal e Mação, houve a necessidade de externalizar alguns serviços, destacando-se o de recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados, o da manutenção e reparação das redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, o de execução de ramais de ambas as atividades, bem assim como de reposição de pavimentos.

Tudo apontava para que o arranque da atividade em todo o território da Tejo Ambiente, se concretizasse no dia 1 de abril, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia Geral em dezembro de 2019. Contudo, num momento em que as Equipas de Trabalho, das diferentes atividades,

asseguravam a regular prestação dos serviços, em Ourém e Tomar, de acordo com as novas orientações e procedimentos implementados, eis que surge a Pandemia COVID-19.

Instaurado o Estado de Emergência, pelo Sr. Presidente da República, na sequência da classificação da COVID-19, como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde, levou a que as empresas que se encontravam na fase de contratação, tenham assumido a sua incapacidade de assegurar os compromissos a que se propunham, e como tal, inviabilizaram o arranque das operações no dia 1 de abril para os Municípios de Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha.

8. DECISÕES QUANTO AO REEQUILÍBRO DA OPERAÇÃO

Os órgãos sociais da Tejo Ambiente, designadamente o Conselho de Administração e a Assembleia Geral, através de relatórios circunstanciados da direção executiva, tiveram conhecimento da necessidade de adoção de medidas de reequilíbrio económico e financeiro da operação, num contexto de reavaliação das condições de exploração e dos pressupostos de base considerados no Estudo de Viabilidade Económico Financeira (EVEF) de Constituição da empresa.

Alguns dos pressupostos traçados no EVEF inicial de Constituição, não tiveram total adesão à realidade transmitida pelos Municípios.

No atual contexto de dependência dos Sistemas de entidades gestoras em “alta”, em que os custos cresceram significativamente, não é possível corresponder ao objetivo de redução dos encargos de estrutura na ordem dos 25%, meta formulada no EVEF de Constituição.

Por antecipação dos investimentos do POSEUR nos dois primeiros anos de atividade de cerca de 29 milhões euros de investimento, quando estavam projetados investimentos de expansão e renovação de infraestruturas na ordem 37,8 milhões de euros para 5 anos, necessariamente tem repercussões na estrutura de financiamento e de sustentabilidade da operação.

Perante a eminente possibilidade de desequilíbrio nos resultados operacionais, os órgãos da empresa intermunicipal optaram pela realização de futuras transferências financeiras de reposição do equilíbrio em detrimento da oneração do sistema tarifário impactante no agravamento das condições económicas dos munícipes. Em obediência aos mecanismos de controlo, fiscalização e superintendência dos Municípios constituintes, por força da Lei nº 50/2012, de 31/08 e às regras de controlo e equilíbrio e de endividamento (artigos 41º e 55º da citada lei), os órgãos decidiram

comunicar aos Municípios a necessidade de atribuição de subvenções financeiras a cargos dos sócios, a determinar com base nos resultados antes de impostos, consignada no nº 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012, em conjugação com Artº 54º, nº 1 – alínea c) da Lei nº 73/2013, de 3/09, alterada pela Lei nº 51/2018, de 16/08, em montante que venha a assegurar a cobertura integral dos resultados negativos do exercício.

9. RECURSOS HUMANOS

A estrutura dos Recursos Humanos resultou da integração de trabalhadores do conjunto dos 6 Municípios, em regime de “Acordo de Cedência por Interesse Público”, e da contratação de técnicos especializados para reforço de competências dos núcleos operacionais e de suporte à administração.

Quadro 3 - Proposta de estrutura de RH do Estudo de Constituição

Ano	Número de Colaboradores
2019	Sem a recolha de resíduos urbanos de Ourém; sem o abastecimento de água de Ourém 147 Colaboradores
2021	Com a entrada da recolha de resíduos urbanos de Ourém. 180 Colaboradores
2028	Com a entrada do abastecimento de água de Ourém. 204 Colaboradores

Na realidade, no processo de transição de trabalhadores para a Tejo Ambiente, através de Acordos de cedência por interesse público, o número de trabalhadores foi inferior. Os quadros seguintes, refletem a perspetiva do Mapa de Pessoal inicial a 01 de janeiro e o número do efetivo total a 31 de dezembro de 2020.

Quadro 4 - Evolução da estrutura de RH

Perspetiva do nº de trabalhadores (Mapa de Pessoal 2020)

Ano	N.º de trabalhadores
jan/20	135
dez/20	123

EVOLUÇÃO DE TRABALHADORES EM 2020



Figura 5 - Evolução mensal do número de trabalhadores

Dentro da Tejo Ambiente existem três tipos de contrato: acordo de cedência, contrato a termo e contrato sem termo. O número de trabalhadores em dezembro, por tipo de contrato, encontra-se assim repartido:

RH's por Tipo de Contrato de Trabalho

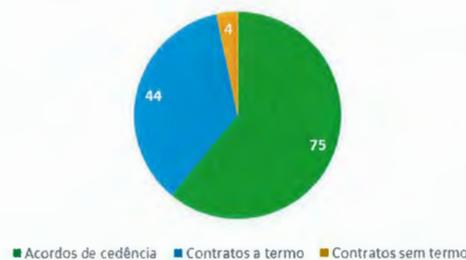


Figura 6 - Relação de vínculo

10. GOVERNAÇÃO

De forma a planificar a sua atividade, foram definidos objetivos estratégicos que se repercutem, na atividade operacional, tendo sido fixados objetivos operacionais junto das unidades orgânicas.

Na *Carta de Missão* foram traçados os seguintes objetivos:

OE 1 – Assegurar serviços essenciais de abastecimento de água, de recolha e tratamento de esgotos, e de recolha de resíduos sólidos, com impactos positivos de grande relevância na saúde pública, na qualidade do ambiente, na coesão territorial e no desenvolvimento económico e social.

OE 2 – Garantir a excelência no desempenho das competências atribuídas, com a criação de sistemas integrados e equilibrados (recursos humanos, financeiros e equipamentos), que melhor permitam a satisfação de todos os parceiros.

OE 3 – Potenciar a implementação de soluções que visem a transformação digital e a inovação da empresa, com vista a facilitar os processos de tomada de decisão e a capacidade de resposta, na prossecução de um serviço de excelência no relacionamento com os diferentes parceiros.

OE 4 – Garantir a sustentabilidade económica e financeira da empresa a curto, médio e longo prazo. Assegurar o presente da empresa e prepará-la para o futuro de forma sólida, com as bases para uma gestão sustentável e proactiva.

OE 5 – Promover a responsabilização, motivação, dignificação e valorização profissional dos seus trabalhadores.

11. PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO

Da análise das boas práticas de gestão de bens e recursos públicos devem ter-se sempre presentes as condutas e atitudes, ativas e omissivas, de qualquer agente da organização e os desvios que podem ocorrer, face aos comportamentos padrões.

Com o objetivo de se tornar mais clara a identificação das atividades às quais estão inerentes potenciais riscos de gestão, corrupção e infrações conexas, foi criado o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, com foco na IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE ATIVIDADES, DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DA QUALIFICAÇÃO DA FREQUENCIA DOS RISCOS, DAS MEDIDAS E DOS RESPONSÁVEIS.

As áreas que consideramos como mais suscetíveis de geração de riscos são as seguintes:

- ✓ CONTRATAÇÃO PÚBLICA
- ✓ ESTUDOS E PROJECTOS
- ✓ RECURSOS HUMANOS
- ✓ GESTÃO DA ACTIVIDADE COMERCIAL
- ✓ GESTÃO FINANCEIRA

Para acompanhamento e avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, o Gabinete de Auditoria da Tejo Ambiente procederá:

1. À realização de auditorias que permitam aferir o cumprimento e adequação das medidas propostas no Plano;
2. À elaboração do Relatório Anual de Execução do Plano, até ao final de março do ano seguinte a que respeita, sustentado nos relatórios apresentados pelas unidades orgânicas e nos resultados das auditorias efetuadas no âmbito do Plano de Atividades do Gabinete de Auditoria da Tejo Ambiente. O relatório deve ainda refletir sobre a necessidade de revisão e atualização do plano.

12. REGULAÇÃO

A atividade da Tejo Ambiente, em toda a sua extensão e problemática, está regulada e sujeita à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano. Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

12.1 Regulação Económica

A atividade da Tejo Ambiente está sujeita à regulação económica por parte da ERSAR e rege-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como pelo Contrato de Gestão Delegada. As disposições legais e estatutárias, assim como o Contrato de Gestão Delegada, estabelecem obrigações mínimas do serviço público, definem o plano de investimentos e a remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica, vai desde a fixação das tarifas e os rendimentos tarifários, à verificação da conformidade com o regulamento tarifário. Para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de

recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

Toda a atividade da Tejo Ambiente, de exploração de sistemas de titularidade municipal, obedece ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual.

12.2 Regulação da Qualidade do Serviço

A Tejo Ambiente está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço. A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação anual tendo por base indicadores. Os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP). Em janeiro de 2020 foi divulgado o volume 1 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pela entidade gestora, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2019.

Desta regulação, resulta o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis. Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, na redação atual, a Tejo Ambiente deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação. No cumprimento da legislação, a Tejo Ambiente implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes. Em maio de 2020, o PCQA foi validado pela ERSAR.

No âmbito deste PCQA, em 2020 foram efetuadas 2487 determinações, das quais 38 ultrapassaram os valores paramétricos definidos na legislação, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 98,5%. Os resultados do controlo da qualidade da água nos pontos de entrega realizado pela Tejo Ambiente são também incluídos no RASARP.

13. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

As projeções mais recentes das instituições internacionais apontam para uma quebra acentuada da atividade económica mundial em 2020 que, de acordo com a Comissão Europeia, andar­á em torno dos -3,5 % (+2,9 % em 2019). Esta redução do produto interno bruto (PIB) só encontra paralelo na Grande Depressão de 1929, sendo extensível a todas as economias avançadas e a um conjunto alargado de países emergentes e em desenvolvimento, com um abrandamento expressivo da Ásia. A queda

acentuada da atividade económica reflete o impacto da pandemia da doença COVID-19, mais concretamente a redução da atividade da indústria/comércio/serviços; a deterioração do mercado de trabalho e a maior instabilidade dos mercados financeiros internacionais. No que concerne à área do euro, e de acordo com a Comissão Europeia, é igualmente expectável uma forte deterioração da atividade económica, com o PIB a contrair-se 7,7 % em 2020 (+1,2 % em 2019), com impacto negativo considerável na procura externa dirigida a Portugal (quebra de mais de dois dígitos para a maioria dos principais parceiros comerciais do país). O desemprego na área do euro deverá situar-se em 9,6 %, refletindo um aumento de 2,1 pp.

De acordo com as expectativas implícitas nos mercados de futuros, o preço do petróleo deverá situar-se em torno dos 39 USD/bbl (36 €/bbl) em 2020, representando pouco mais de 60% do valor registado em 2019 (64 USD/bbl e 57 €/bbl, respetivamente) devido à fraca procura associada à pandemia da doença COVID-19. Num contexto de uma política monetária mais expansionista, de regresso aos estímulos monetários não convencionais do Banco Central Europeu e do lançamento de vários programas de injeções extraordinárias de liquidez, prevê-se que as taxas de juro de curto prazo se mantenham em valores historicamente baixos durante um período prolongado.

A Tejo Ambiente iniciou a sua atividade num ano especialmente difícil, de agravamento da situação macroeconómica a nível nacional e a nível mundial, fruto do surto pandémico COVID19. Ainda que não se conheçam os indicadores definitivos, assistiu-se em 2020 a uma forte contração da economia portuguesa em resultado do choque económico provocado pela pandemia da doença COVID-19 e das medidas de contenção implementadas. Neste contexto, assistiu-se a uma queda abrupta na taxa de variação real do PIB para 6,9 %, a maior contração que há registo nas últimas décadas. Antecipa-se que o impacto tenha fortes repercussões em 2021. Só no 1º trimestre de 2020, a quebra no PIB foi de 2,3 %.

De facto, as medidas de confinamento e distanciamento social implementadas no âmbito da aplicação do estado de emergência iniciaram-se em meados de março, mas cujo impacto na economia terá tido o seu reflexo mais significativo no 2.º trimestre do ano.

Cenário macroeconómico 2020-2021

	2019 INE	2020 Estimativa	2021 Previsão
OE 2020 supl.			
PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)			
PIB	2,2	-6,9	4,3
Consumo privado	2,2	-4,3	3,8
Consumo público	1,1	3,1	-0,8
Investimento (FBCF)	6,6	-12,2	6,1
Exportações de bens e serviços	3,7	-15,4	8,4
Importações de bens e serviços	5,3	-11,4	7,0
Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)			
Procura interna	2,7	-5,1	3,8
Procura externa líquida	-0,6	-1,8	0,4
Evolução dos preços (taxa de variação, %)			
Deflator do PIB	1,7	1,0	0,4
Taxa de inflação (IPC)	0,3	-0,2	0,4
Evolução do mercado de trabalho (Taxa de variação, %)			
Emprego (ótica de Contas Nacionais)	0,8	-3,9	1,7
Taxa de desemprego (% da população ativa)	6,5	9,6	8,7
Produtividade aparente do trabalho	1,4	-3,1	2,5
Saldo das balanças corrente e de capital (em % do PIB)			
Capacidade/ necessidade líquida de financiamento face ao exterior	0,8	0,3	0,6
Saldo da balança corrente	0,0	-0,6	-0,3
da qual: saldo da balança de bens e serviços	0,2	-0,7	-0,2
Saldo da balança de capital	0,8	1,0	0,9

Figura 7 - Cenário macroeconómico 2020-2021

A pandemia tem tido um efeito negativo na procura externa relevante para as exportações portuguesas em 2020, com uma redução estimada em 15,4 % nas exportações, após registar-se um crescimento de 3,7 % em 2019. Parte deste efeito reflete uma redução nas exportações de serviços do setor do turismo, onde o impacto da pandemia foi particularmente severo.

As restantes componentes da procura global tiveram um contributo negativo para o crescimento do PIB, com a exceção do consumo público que deverá acelerar para 3,1 %, refletindo o impacto das políticas adotadas.

O investimento (Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)) recuou na ordem dos 12,2 %, após ter registado um crescimento de 6,6 % no ano anterior. Esta evolução é explicada por uma contração no investimento privado, que pode ser parcialmente compensada por um aumento do investimento público.

O consumo privado deverá reduzir-se em 4,3 %, após registar um crescimento superior a 2 % durante seis anos consecutivos (2,2 % em 2019). A redução, que deverá ser mais acentuada na componente de bens duradouros, reflete a diminuição esperada no rendimento disponível das famílias.

As importações de bens e serviços caíram para valores estimados de 11,4 %, em linha com a evolução da procura global.

No mercado de trabalho, antecipa-se uma redução no emprego de 3,9 % em 2020 e para valores superiores a 7% em 2021, após registar-se um crescimento de 0,8 % no ano anterior, e um aumento da taxa de desemprego, a qual está estimada em 9,6 % (6,5 % em 2019). Em virtude do efeito das medidas de apoio ao emprego adotadas, estima-se que a redução no emprego seja significativamente inferior à redução do PIB, o que resulta numa diminuição da produtividade aparente do trabalho em 3,1 %.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), recuou 0,2 %, após registar um crescimento de 0,3% em 2019. Por seu lado, o deflator do PIB desacelerou para 1 % (1,7 % em 2019), refletindo, em parte, a queda esperada no preço do petróleo, com impacto significativo no deflator das importações que mais do que compensa a quebra do deflator do consumo privado.

Em 2020, assistimos à perda de capacidade de financiamento da economia portuguesa, embora permaneça positiva em 0,3 % do PIB, reduzindo-se em 0,5 p.p. em relação a 2019 em virtude da redução esperada no saldo da Balança de Bens e Serviços. A balança de capital deverá continuar a contribuir positivamente para a capacidade de financiamento da economia.

Para 2021, projeta-se uma recuperação significativa do crescimento do PIB (+4,3 %), por via de um aumento da procura externa e de um maior dinamismo na procura interna, refletindo-se num contributo positivo do consumo privado e investimento. A atividade económica deverá recuperar para os níveis registados antes da pandemia, com a exceção de alguns setores da economia, como o turismo, para os quais a recuperação se antecipa mais lenta.

O Programa de Estabilização Económica e Social (PEES) consiste numa resposta adequada ao cenário aqui apresentado, consistindo num conjunto de medidas de estabilização macroeconómica. É nesta medida que o PEES permite a aceleração do investimento público, o que resulta numa queda menor do investimento total em 2020 do que noutros períodos recessivos. A queda do investimento de 12 % estimada para 2020 compara com uma queda acumulada de cerca de 30 % em 2011 e 2012, num contexto de queda da atividade económica próxima nos dois períodos.

O comportamento da taxa de poupança dos particulares, que aumenta perto de 4pp entre 2019 e 2020, é influenciado pelas medidas de apoio ao rendimento, para além do natural aumento da poupança em momentos de recessivos e de incerteza. Para o período 2021-23, antecipa-se uma recuperação da economia portuguesa enquadrada pelo controlo gradual da pandemia, pela diminuição da incerteza e pelo apoio das medidas de política económica.

14. OS PROBLEMAS QUE AFETAM O SETOR E A PERFORMANCE DA EMPRESA

14.1 Os Problemas estruturais

Para além desses casos especificamente relacionados com a dimensão dos sistemas, há um conjunto de dificuldades estruturais que são transversais a todo o setor, já que as perdas de água são, em média, ainda muito elevadas, o tratamento e a gestão de lamas, especialmente das provenientes de ETAR, não tem soluções sustentadas e só pode contar com serviços externos em limitadíssima concorrência. Também o ritmo de reabilitação e renovação das infraestruturas em geral está claramente muito abaixo do desejável, não permitindo compensar o envelhecimento das redes ou, até, as carências progressivas de sistemas de grande dimensão, sobretudo após o reequilíbrio dos sistemas multimunicipais, que consumiu verbas antes alocadas à reabilitação. Acresce ainda às necessidades de reabilitação e renovação o esforço remanescente de cobertura de saneamento, com os inerentes custos de inovação para soluções práticas de pequenos sistemas de saneamento e soluções baseadas na natureza, bem como o investimento e os gastos de operação. Não se perca de vista também que a cobertura de abastecimento de água não é total, especialmente se se considerar a fiabilidade de vários sistemas em período de seca. O setor sofreu ainda tensões decorrentes da crise da década passada, com redução de financiamento disponível e de investimento e está sujeito a vetores que agravam as suas circunstâncias, como a emergência climática (quer pelos seus efeitos nas disponibilidades hídricas, quer pelo esforço que imporá aos serviços na racionalização da sua prestação), a necessária revisão da dimensão energética, para obter maior eficiência, e a pressão regulamentar europeia, sobretudo perante a instabilidade de algumas soluções nacionais, como o acima mencionado tratamento de lamas.

14.2 O Regime Fiscal agravado

O regime tarifário é agravado, num outro plano, pela disparidade do regime fiscal entre as várias entidades gestoras, o que é um fator de crónica desigualdade para as próprias, em matéria de aplicabilidade de IRC e de IVA, e inerentemente para os consumidores.

Efetivamente, as entidades gestoras de natureza empresarial estão sujeitas ao pagamento de IRC, enquanto as demais entidades que operam em modelo de gestão direta não estão; por outro lado, a incidência de IRC é agravada pela especificidade do regime das IFRS para as concessionárias, municipais ou multimunicipais.

Também no IVA há diferentes regimes e instabilidade de interpretações, havendo várias situações em que uma rua separa um consumidor a quem é cobrado IVA de outro a quem não é, por ser distinta a natureza jurídica da entidade que o serve. Esta disparidade conduz a casos preocupantes: por exemplo, enquanto o Regulador sempre sustentou, e a própria Autoridade Tributária também, que as empresas municipais deveriam cobrar IVA pela prestação do serviço de saneamento, a Autoridade Tributária entende agora que esse serviço, quando prestado por empresas municipais, se encontra fora do âmbito de incidência do imposto. As consequências são gravosas: por um lado, os serviços “em alta” cobram IVA a essas empresas, pelo que estas deixam de poder repercuti-lo nos seus consumidores; por outro lado, a cobrança aos consumidores fez parte dos seus estudos de viabilidade que sustentam a respetiva gestão e a ausência de cobrança corresponde a um emagrecimento pelo valor do IVA pago e não cobrado, sem vantagem para os consumidores, porque haverá, naturalmente, repercussão tarifária. Neste caso, uma das consequências é a geração de riscos económicos muito sérios para as empresas municipais mais antigas que, de acordo com orientações - antes uniformes - recebidas, cobraram IVA ao longo dos anos. Outra consequência é diminuir ou anular o equilíbrio de empresas municipais resultantes do esforço de agregação, exatamente quando estas estão a iniciar a sua operação e a procurar afirmarem-se. Na essência da questão, convergem duas situações. Por um lado, tem havido variação da interpretação da Autoridade Tributária, com sérios riscos de graves repercussões para as entidades gestoras em causa. Por outro, a Autoridade Tributária, ao entender que não deve ser cobrado IVA, não está, agora, a tirar consequências do facto de que, havendo personalidade jurídica autónoma das empresas municipais, há também a delegação dos serviços de saneamento a uma entidade terceira, juridicamente distinta do município que delega os serviços, ou seja, uma atribuição a terceiros, tal como acontece nas concessões. O que é ainda reforçado pelo facto de as empresas municipais serem pessoas coletivas de direito privado. Reconhece-se a dificuldade de harmonização, tendo em conta a natureza jurídica dos municípios com gestão direta: mas já não é aceitável e compreensível a extensão automática do mesmo regime de IVA em casos em que os serviços são atribuídos a empresas com personalidade jurídica própria.

As empresas intermunicipais executam as empreitadas com a taxa de iva de 23% sobre investimentos das atividades de saneamento e de resíduos urbanos, sem a possibilidade de dedução. Os Municípios executam os mesmos investimentos à taxa reduzida de 6%.

14.3 A sobrecarga tarifária das entidades gestoras em “Alta”

As entidades gestoras estão sujeitas a tensões económicas crescentes, que resultam: do esforço díspar que lhes é exigido em relação a outros intervenientes na captação de água e de rejeição de águas residuais; dos vários vetores de dificuldades estruturais que impõem ainda grandes investimentos e gastos de exploração complementares; do agravamento conjuntural atual, emergente da pandemia e de novos encargos; e, em múltiplos casos, de falta de dimensão e estrutura adequadas à resposta dos serviços.

A disparidade de regimes agrava a situação. No quadro e gráfico abaixo é visível o peso dos Gastos com as Entidades em Alta na Faturação da Tejo Ambiente.

Quadro 5 - Representatividade dos Gastos das Entidade em “Alta”

Rubricas	Atividades			Tejo Ambiente
	Abastecimento Águas	Saneamento e Resíduos	Resíduos Urbanos	
Vendas e Serviços Prestados	4 833 197,18 €	3 026 890,45 €	2 965 717,62 €	10 825 805,25 €
Entidades em alta	3 526 466,28 €	2 054 401,65 €	1 790 514,11 €	7 371 382,04 €
Peso Entidades em Alta na Faturação	73%	68%	60%	68%

Peso das Entidades em Alta na Faturação



Figura 8 - Peso entidades em “Alta” no volume de negócios

Peso dos Gasto com as Entidades em Alta nos Rendimentos



Figura 9 - Peso no volume de negócios

Rendimentos

O ano 2020 marcou o ano de arranque da Faturação da Tejo Ambiente nas diversas atividades e Municípios.

Arrançou a 1 de janeiro 2020 para os municípios de Tomar e de Ourém e apenas no dia 1 de junho de 2020 para os restantes Municípios, pelo que para além do número de utilizadores também o fato de terem menos 5 meses de faturação justificam a discrepância entre valores faturados.

Quadro 6 - Resumo Faturação 2020

Resumo Faturação 2020							
Atividades	Município de Tomar	Município de Ourém	Município de Ferreira do Zêzere	Município de Mação	Município do Sardoal	Município de Via Nova da Barquinha	Tejo Ambiente
AA	3 415 816,01 €		517 828,39 €	382 124,89 €	165 042,30 €	323 497,05 €	4 804 308,64 €
AR	1 368 610,76 €	1 032 503,15 €	112 871,08 €	197 465,48 €	107 456,66 €	198 628,37 €	3 017 535,50 €
RU	1 273 455,78 €	1 325 104,25 €	155 568,00 €	127 311,11 €	52 411,17 €	70 110,79 €	3 003 961,10 €
Total	6 057 882,55 €	2 357 607,40 €	786 267,47 €	706 901,48 €	324 910,13 €	592 236,21 €	10 825 805,25 €

Faturação por Município e Atividade



Figura 10 - Volume de negócios por Município

15. INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES EM CURSO

No ano de 2020 iniciaram-se a maior parte das empreitadas de beneficiação e ampliação dos Sistemas de Saneamento de Águas Residuais, aprovadas no âmbito do POSEUR. As candidaturas aprovadas, preveem um investimento global de 29,7 milhões de euros e comparticipação comunitária a fundo perdido de 13,3 milhões de euros, nos termos do quadro seguinte:

Quadro 7 - Projetos Aprovados pelos Fundos Comunitários (POSEUR)

Município	Operação (nº)	Tipologia	Projeto	Investº Total	Apoio Comunitário
TOMAR	1281	AR	Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR de Santa Cita	9 935 278,47 €	3 744 433,16 €
VILA NOVA BARQUINH	1282	AR	Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR da Praia do Ribatejo	1 166 698,54 €	659 904,76 €
SARDOAL	1286	AR	Redução da Poluição Urbana nas Massas de água – Subsistema de Saneamento de Cabeça das Mós	913 198,00 €	733 981,48 €
FERREIRA DO ZÉZERE	1289	AR	Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR de Outeiros	2 131 475,63 €	1 281 901,62 €
OURÉM	1291	AR	Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais - Ligação à ETAR de Alto Nabão	1 572 491,85 €	907 767,04 €
OURÉM	1293	AR	Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais - Ligação à ETAR de Seiça	2 059 711,52 €	856 313,78 €
OURÉM	1294	AR	Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais - Ligação à ETAR de Fátima	4 307 042,12 €	2 259 441,61 €
MAÇÃO	1323	AA (ALTA	Fecho de Sistemas de Abastecimento de Água em Baixa – Subsistema de Abastecimento de Corgas	1 127 010,13 €	829 554,74 €
MAÇÃO	1322	AA (ALTA	Fecho de Sistemas de Abastecimento de Água em Baixa – Subsistema de Abastecimento de Castelo de Bode	4 062 183,13 €	1 051 046,43 €
TEJO AMBIENTE	1393	AA	Recursos Hídricos - Médio Tejo	2 422 597,79 €	942 856,90 €
TOTAIS				29 697 687,19 €	13 267 201,52 €

A maior parte dos investimentos aprovados no âmbito do POSEUR, encontram-se adjudicados e em curso, destacando-se:

✓ **No Município de Ourém:**

- Empreitada de construção de Redes de Drenagem de Águas Residuais em Ourém – Freguesias de Nossa Senhora das Misericórdias, Atouguia e Nossa Senhora da Piedade: Encontra-se atualmente em execução, por um período de 365 dias (data da consignação: 7 de setembro de 2020), através do empreiteiro contratado para o efeito, Construções Martins & Reis Lda., pelo valor total de 1.067.755,01€ + IVA;

- Empreitada de construção de Redes de Drenagem de Águas Residuais em Rio de Couros – União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos: Encontra-se atualmente em execução, por um período de 365 dias (data da consignação: 7 de setembro de 2020), através do empreiteiro contratado para o efeito, JRSF -Joaquim Rodrigues da Silva e Filhos Lda., pelo valor total de 814.475,71€ + IVA;

- Empreitada de construção de Redes de Drenagem de Águas Residuais na Estrada de Minde e Boleiros – Bacia 1 e 3 – Fase 1 - Freguesia de Fátima: Encontra-se atualmente em execução, por um período de 365 dias (data da consignação: 7 de setembro de 2020), através do empreiteiro contratado para o efeito, Lena – Engenharia e Construções S.A., pelo valor total de 1.498.000,00€ + IVA;

- Empreitada de construção de Redes de Drenagem de Águas Residuais no Bairro – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias: Encontra-se atualmente em execução, por um período de 400 dias (data da consignação: 7 de setembro de 2020), através do empreiteiro contratado para o efeito, Construções Martins & Reis Lda., pelo valor total de 1.444.417,62€ + IVA.

✓ **No Município do Sardoal:**

- Empreitada de beneficiação do sistema de Saneamento de águas residuais de Cabeça das Mós, foi adjudicada ao empreiteiro Desafarte, pelo valor total de 900.00,00€ + IVA.

✓ **No Município de Ferreira do Zêzere:**

- Empreitada de construção do sistema de Saneamento de águas residuais de Cerejeira: adjudicação ao empreiteiro José Marques Grácio, pelo valor total de 598.340,08€ + IVA;

- Empreitada de construção do sistema de Saneamento de águas residuais do Cubo: adjudicação ao empreiteiro Nortins, pelo valor total de 144.675,00€ + IVA;

- Empreitada de construção do sistema de Saneamento de águas residuais de Varela adjudicação ao empreiteiro Tecnorém, pelo valor total de 569.784,57€ + IVA;

- Empreitada de construção do sistema de Saneamento de águas residuais de Varelinha: adjudicação ao empreiteiro José Marques Grácio, pelo valor total de 698.346,71€ + IVA.

✓ **No Município de Tomar:**

- Empreitada de construção do Subsistema de Esgotos (em baixa) TO.1.10 – Maxial: adjudicação ao empreiteiro Lena – Engenharia e Construções S.A., pelo valor total de 2.361.669,70€ + IVA;

- Empreitada de beneficiação do sistema de Saneamento de águas residuais de São Pedro: adjudicação ao empreiteiro Tecnorém, pelo valor total de 2.397.283,28€ + IVA;

- Empreitada de construção do subsistema de esgotos (em baixa) TO.1.12 – Valdonas: adjudicação ao empreiteiro Lena – Engenharia e Construções S.A., pelo valor total de 1.927.032,47€ + IVA.

✓ **No Município de Vila Nova da Barquinha:**

- Empreitada de construção do sistema de drenagem de águas residuais de Limeiras, em fase de concurso, pelo preço base de 1,097 milhões de euros.

✓ **Intervenções no Sistema de Abastecimento de Água:**

No domínio da eficiência hídrica, estão a ser realizados um conjunto de investimentos de natureza estrutural e transversais a todos os Municípios constituintes, com impacto relevante nos objetivos estratégicos definidos no projeto de constituição da Tejo Ambiente. De entre outros, destacam-se os seguintes:

✓ **Sistema Telegestão:**

O sistema telegestão irá contribuir para uma gestão técnica eficaz e integrada das instalações operacionais, mediante a monitorização e controlo do seu estado de funcionamento, de modo a acionar uma ação imediata em caso de ocorrência de anomalias.

✓ **Remodelação da rede e instalação de Zona de Monitorização e Controlo (ZMC):**

O projeto consiste na criação e instalação de Zonas de Medição de Caudal, abreviadamente designadas de ZMC's, nos sistemas de abastecimento com maior volume de perdas de água e implementação do Plano de Controlo de Perdas nestes subsistemas.

✓ **Deteção de Fugas:**

Aquisição de equipamentos de deteção de fugas em condutas e ramais nas redes de abastecimento, para dar continuidade ao combate de ligações ilícitas, quer seja através da colocação de válvulas de

corde em ramais, quer por ações de fiscalização. Estas ações permitirão eliminar faturas com valores adulterados e fechar efetivamente locais sem cliente.

No quadro seguinte, evidenciamos o “estado de maturidade” dos projetos aprovados pelo POSEUR:

Quadro 8 - Estado de Maturidade das Operações POSEUR

Município	Projetos	Operação (nº)	Tipologia	Áreas de Intervenção	Contrato	Estado de Maturidade das Operações
					Valor	
Tomar	Ligação à ETAR de Santa Cita	1281	AR	Beneficiação do SAR do Subsistema de S. Pedro	2 397 283,28 €	Adjudicado
		1281	AR	Beneficiação do SAR do Subsistema de Maxial	2 361 669,70 €	Adjudicado
		1281	AR	Beneficiação do SAR do Subsistema de Valdonas	1 928 032,47 €	Adjudicado
Vila Nova da Barquinha	Ligação à ETAR da Praia do Ribatejo	1282	AR	Sistema de Saneamento de Águas Residuais de Limeiras	Em concurso
Sardoal	Subsistema de saneamento de Cabeça das Mós	1286	AR	Ampliação do SAR de Cabeça das Mós	900 000,00 €	Adjudicado
Ferreira do Zêzere	Ligação à ETAR de Outeiros	1289	AR	SAR de Outeiros - Zona Varelinha, Gravulha e Bela Vista	698 346,71 €	Adjudicado
		1289	AR	SAR de Outeiros - Zona de Varela	569 784,57 €	Adjudicado
		1289	AR	SAR de Outeiros - Zona de Fonte de Ferreira, Quinta do Loureiro e Cubo	144 675,00 €	Adjudicado
		1289	AR	SAR de Outeiros - Cerejeira	598 340,08 €	Adjudicado
Ourém	Ligação à ETAR de Alto do Nabão	1291	AR	Rede de drenagem águas residuais Rio de Couros	814 475,71 €	Em execução
Ourém	Ligação à ETAR de Seiça	1293	AR	Rede de drenagem de águas residuais Ourém	1 067 755,01 €	Em execução
Ourém	Ligação à ETAR de Fátima	1294	AR	Rede de drenagem águas residuais Bairro	1 447 417,62 €	Em execução
		1294	AR	Rede de drenagem de águas residuais Estrada de Minde	1 498 000,00 €	Em execução
Mação	Subsistema de abastecimento de Corgas	1323	AA (Alta)	Ligação dos sistemas autónomos ao sistema de abastecimento em "Alta" de Corgas	Em elaboração de Projeto
Mação	Subsistema de abastecimento de Castelo do Bode	1322	AA (Alta)	Ligação dos sistemas autónomos ao sistema de abastecimento em "Alta" de Castelo do Bode	Em elaboração de Projeto
Área de territorial de abrangência Tejo Ambiente	Recursos hídricos	1393	AA	Remodelação de rede e instalação de ZMC	62 400,02 €	Em execução
		1393	AA	Deteção de fugas	61 352,45 €	Em execução
		1393	AA	Gestão de perdas	Em concurso
		13930	AA	Telegestão	548 576,96 €	Em execução
					ZMCs e VRPs	1 340 444,01 €

16. ATIVIDADE OPERACIONAL DA EMPRESA

16.1 Indicadores de Atividade

16.1.1 Utilizadores

O número de utilizadores ligados aos vários serviços que a Tejo Ambiente gere determina-se pelo número de contratos que estão em *condições de faturar*.

A 31 de dezembro de 2020, a distribuição do número de utilizadores por tipologia de utilizador, e comparação dos números desde o início de atividade em cada Município (1 janeiro para Tomar e Ourém, e 1 de junho para os restantes Municípios) e 31 de dezembro de 2020, segue no quadro em baixo:

Quadro 9 - Comparação do nº de utilizadores a 31 de dezembro de 2020

	Ferreira do Zêzere	Mação	Sardoal	Tomar	Vila Nova da	TA
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
DOMÉSTICO	5 319	5 645	2 392	19 978	3 642	36 976
DOMÉSTICO - 5 ELEMENTOS	3	6	3	22	25	59
DOMÉSTICO - 6 OU MAIS ELEMENTOS	-	2	2	6	6	16
DOMÉSTICO SOCIAL DOMÉSTICO	20	3	18	601	33	675
NÃO DOMÉSTICO	437	221	104	1 644	211	2 617
ESTADO E ENTIDADES PÚBLICAS	9	6	5	43	8	71
INSTITUIÇÕES	76	40	32	176	32	356
AUTARQUIAS	147	6	14	296	56	519
	6 011	5 929	2 570	22 766	4 013	41 289

No período em análise, foram realizados **222** novos contratos, correspondendo a **0,54%** de crescimento líquido.

16.1.2 Reclamações

Em 2020, foram registadas 284 reclamações, tendo sido categorizadas de acordo com o quadro que se segue:

Quadro 10 - Distribuição das reclamações recebidas

Tipo de Reclamação	Gestão de reclamações						
	Ferreira do Zêzere	Mação	Ourém	Sardoal	Tomar	Vila Nova da Barquinha	
Atendimento	0	2	0	0	1	1	6
Contratação	0	0	0	0	0	2	2
Faturação e Cobrança	16	9	0	9	40	24	98
Leituras	15	8	0	7	17	18	65
Ligação e disponibilidade	Abastecimento de água	2	1	0	0	9	12
	Saneamento de águas residuais	0	0	0	0	1	1
Qualidade da água fornecida	0	2	0	1	1	0	4
Qualidade do serviço	Abastecimento de água	7	3	0	1	22	34
	Saneamento de águas residuais	0	4	4	0	6	14
Tarifário	0	0	0	0	1	0	1
Resíduos urbanos	Equipamentos	2	4	1	0	5	12
	Odores	0	1	0	0	0	1
	Qualidade do Serviço	0	3	0	0	3	7
	Recolhas	5	9	1	3	8	27
	47	47	6	21	115	48	284

Das 284 reclamações efetuadas, 25 reclamações foram efetuadas no Livro de Reclamações físico, tendo sido dadas a conhecer aos Municípios onde se encontram sediados os serviços e à Entidade Reguladora ERSAR, e em 107 das reclamações foi reconhecida razão ao Reclamante (38% do total das reclamações apresentadas).

16.1.3 Volumes faturados

Em 2020, foram faturados 2.836.209 m³ de água de abastecimento. O consumo médio dos Municípios é semelhante, sendo Tomar o Município com consumos superiores (7.18 m³/Utilizador/mês). Os consumos médios de Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha são 4.06, 3.33, 4.06 e 4.53 m³/Utilizador/mês, respetivamente.

Segue, no quadro abaixo, a distribuição dos volumes faturados por Município e por atividade:

Quadro 11 - Volumes faturados por atividade

Município	Volumes faturados (m ³)		
	Água de Abastecimento	Saneamento de Águas Residuais	Resíduos Sólidos Urbanos
Ferreira do Zêzere	293 129	73 080	288 546
Mação	237 165	160 357	237 561
Ourém	-	1 249 292	2 416 663
Sardoal	125 256	118 067	123 075
Tomar	1 962 341	919 731	1 873 699
Vila Nova da Barquinha	218 318	177 022	218 783
	2 836 209	2 697 549	5 158 327

Os volumes referentes aos clientes do Município de Ourém foram cedidos pela empresa Be Water.